



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O Brasil tem um mercado muito atraente, com uma população da ordem de 200 milhões de pessoas e cerca de 63 milhões de domicílios, com uma renda crescente, queda nas taxas de desemprego e uma classe média em ascensão. Neste contexto, acreditamos que o Brasil apresenta diversas oportunidades de crescimento no setor de telecomunicações. Atualmente, a penetração em alguns serviços, como banda larga fixa e TV paga, ainda apresentam um potencial significativo de crescimento, se comparado a outros mercados mais desenvolvidos. Na mobilidade, apesar de termos no Brasil uma penetração de telefones móveis acima de 100%, a penetração de internet móvel e smartphones ainda é baixa, o que confirma a existência de um mercado atrativo para investimentos em escala nacional. Além disso, em função das características geográficas do Brasil, a penetração e o potencial de desenvolvimento variam bastante de região para região.

Dentro deste cenário de telecomunicações no Brasil, a Oi S.A. ("Oi" ou "Companhia") possui um posicionamento diferenciado, com escala e presença únicas para liderar este processo de aumento de penetração e capturar as oportunidades de expansão em áreas com maior potencial de crescimento. A Companhia conta com aproximadamente 330 mil km de fibra ótica instalada, distribuída por todos os estados brasileiros, atendendo a cerca de 12 milhões de residências com serviços de voz e internet em cerca de 4.800 municípios. Além disso, nossa rede wifi conta com mais de 520 mil hotspots em todo o país.

Para aproveitar as oportunidades deste mercado e manter uma trajetória sustentável de crescimento nos próximos anos definimos uma estratégia apoiada em três principais pilares:

1. Consolidação do modelo de negócios, com estratégias bem definidas e claras para cada segmento, avançando a convergência dos nossos serviços e a oferta de produtos inovadores, além do foco na qualidade das vendas, para garantir um crescimento rentável.
2. Busca pela excelência operacional, com gestão de infraestrutura focada no tripé rede, operações e TI, através de diversas iniciativas que visam a eficiência dos nossos processos e a gestão da experiência do cliente para garantir uma prestação de serviços de alta qualidade.
3. Disciplina financeira visando à melhoria do perfil do fluxo de caixa, a melhor alocação de investimentos, a redução dos custos operacionais e a rentabilização do nosso negócio.

Destaque do Resultado de 2013

Em 2013, a Oi deu continuidade a implantação de plano estratégico com foco na qualidade das vendas, fidelização dos clientes e rentabilização da base, que atingiu, no final do ano, 74,5 milhões de UGRs. No segmento Residencial, implementamos um maior foco na qualidade da venda e dos serviços e demos prioridade ao crescimento de banda larga fixa através das estratégias de convergência visando a fidelização da base de telefonia fixa e estamos agora redesenhando as ofertas de TV paga. No ano, tivemos aumento na penetração das ofertas convergentes (*multiple-play*), redução de *churn* e consequente aumento de ARPU (receita média por usuário), resultando em um crescimento de 3,3% na receita do segmento.

No segmento de Mobilidade Pessoal, tivemos crescimento da receita de serviços com destaque para receita de dados e recargas no pré-pago, que atingiu nível recorde no trimestre. Este desempenho reflete o enfoque colocado no desenvolvimento de novos planos e promoções no pré-pago, nomeadamente o "Oi Galera" e o "Tudo por dia", os quais incorporam características de consumo limitado bem como a possibilidade de incluir o consumo de SMS e de dados. O crescimento da receita total em Mobilidade Pessoal foi parcialmente compensado pela queda das tarifas de interconexão (VUM).

Já no segmento Corporativo/PMEs, os esforços da Companhia se concentraram no processo de reestruturação do modelo de negócio com o objetivo de voltar a crescer de forma sustentável. O foco na qualidade das vendas e dos serviços oferecidos bem como a reestruturação dos canais já mostrou um impacto inicial nas vendas com melhora do *churn* e aumento do ARPU.

Com isso, a Companhia encerrou 2013 com receita líquida de R\$28,4 bilhões e o EBITDA totalizou R\$9,6 bilhões. O lucro líquido ficou em R\$1,5 bilhão e os investimentos totais somaram R\$6,3 bilhões. A dívida bruta da Oi fechou o ano em R\$34,4 bilhões enquanto a dívida líquida ficou em R\$30,4 bilhões. O enfoque da Oi na disciplina financeira visando à melhoria do perfil do fluxo de caixa, com base numa melhor alocação de investimentos e na redução dos custos operacionais, já foi visível no decorso do ano com uma redução significativa da tendência de aumento do endividamento.

Vale destacar que o ano de 2013 também registrou avanços importantes para a Companhia no âmbito da sustentabilidade. A Oi integrou pelo sexto ano consecutivo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo terceiro ano o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBOVESPA. Além disso, a Companhia passou a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade da NYSE, na categoria "Mercados Emergentes". Em Outubro de 2013 a Oi e a Portugal Telecom anunciaram a celebração de um memorando de entendimento para a união de suas atividades. A operação é uma evolução natural da aliança industrial entre as duas operadoras iniciada em 2010 e permitirá acelerar o desenvolvimento da companhia, além de ser um passo relevante no processo de aprimoramento da governança corporativa da Oi, com a simplificação da estrutura societária, a pulverização do controle e a migração de suas ações para o Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que é um segmento diferenciado com os mais altos padrões de governança. A entidade combinada terá, numa base proforma à data do anúncio da transação, mais de 100 milhões de clientes, e cerca de R\$37 bilhões de receitas e R\$13 bilhões de EBITDA sendo uma das 20 maiores empresas de telecomunicações no mundo.

Ao fim, o nosso objetivo para o próximo ano é continuar desenvolvendo todas as oportunidades do turnaround buscando atingir excelência operacional como um diferencial estratégico para capturar as possibilidades de crescimento que o mercado brasileiro oferece, prestando serviços convergentes, diferenciados e de qualidade para os nossos clientes com base na extensa capilaridade da nossa rede de telecomunicações fixa e móvel e da nossa presença em todo o Brasil.

2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

O desempenho da economia global superou expectativas em 2013.

Nos Estados Unidos, a então esperada retomada gradual do crescimento econômico deu lugar a um desempenho acima das expectativas dos principais indicadores, em especial do mercado de trabalho e PIB, o que suportou a decisão do FED em anunciar o início da retirada dos estímulos da economia a partir de janeiro/14. Na Europa, o ano de 2013 foi marcado pelo início da reversão de um panorama recessivo e pela retomada gradual da atividade econômica. Apesar de ainda mostrar contração em 2013, sem dúvida foi pavimentado o caminho para o crescimento da economia da zona do Euro em 2014.

Quanto à China, importante motor da economia global, o chamado "*hard landing*", não aconteceu e o PIB do país manteve-se estável em 2013 quando comparado com o ano anterior.

O cenário favorável da economia global contribuiu para uma maior aversão ao risco dos investidores e, consequentemente, um movimento de menor liquidez global para os mercados emergentes. A especulação sobre a retirada dos estímulos monetários da economia norte-americana marcou o desempenho dos mercados ao longo do todo o segundo semestre de 2013, detonando um movimento global de valorização do dólar em relação às moedas em geral e às de mercados emergentes, principalmente o Real.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar trouxe um novo componente de risco ao já deteriorado cenário prospectivo para a política brasileira. Importante ressaltar que este cenário já vinha sendo pressionado pela manutenção de uma política fiscal expansionista e por um mercado de trabalho ainda aquecido (baixos índices de desemprego), o que manteve a inflação de serviços em um patamar descontrolado. Apesar da elevação da Selic em 275 *basis points* para 10,0% a.a. pelo Banco Central para combater altas pressões inflacionárias, o IPCA de 2013 (5,91%) foi superior ao do ano anterior (5,84%).

O cenário de maior inflação foi acompanhado pelo crescimento da economia abaixo das expectativas em 2013. Após um forte crescimento de 1,8% no 2T13, o PIB brasileiro apresentou redução de 0,5% no 3T13, face ao impacto da menor confiança dos empresários, afetando o grau de investimento da economia. Até o momento da divulgação deste relatório não havia ocorrido a divulgação dos números do 4T13, muito embora haja indícios de que a economia brasileira encerre 2013 com um crescimento ligeiramente acima de 2%.

O ano de 2014 deve trazer desafios adicionais. A esperada recuperação da economia global deve manter escasso o fluxo de capitais para o Brasil, o que pode ser agravado pela situação fiscal do país em ano de eleição presidencial e por especulações em relação a até que ponto tal situação pode vir a contribuir para um *downgrade* do *rating* de risco soberano brasileiro. O Real depreciado mantém escasso o risco inflacionário e, mais uma vez, espera-se que o IPCA siga em torno dos níveis de 6% em 2014 e 5,60% em 2015, ainda não convergindo para a meta. Para os demais indicadores da economia, o boletim FOCUS aponta para um PIB de 2% em 2014 e 2,5% em 2015, Dólar encerrando a R\$ 2,45 em 2014 (R\$ 2,50 em 2015) e Selic a 10,75% ao final de 2014 (11,50% em 2015).

3 - O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES EM 2013

No final de agosto de 2013, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou cerca de 350,6 milhões, representado por 44,5 milhões de linhas fixas em serviço, 268,4 milhões de usuários móveis, 20,4 milhões de acessos de internet em banda larga fixa e 17,3 milhões de usuários de TV por assinatura. A evolução de 2,8% que corresponde a milhões de acessos em relação a 2012 foi motivada principalmente pelas expressivas adições líquidas do segmento de produtos móvel.

Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2013(*) 44,5 milhões de linhas em serviço, evolução de 0,4% sobre dez/12. Este encontra-se maduro com crescimentos apenas marginais, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel.

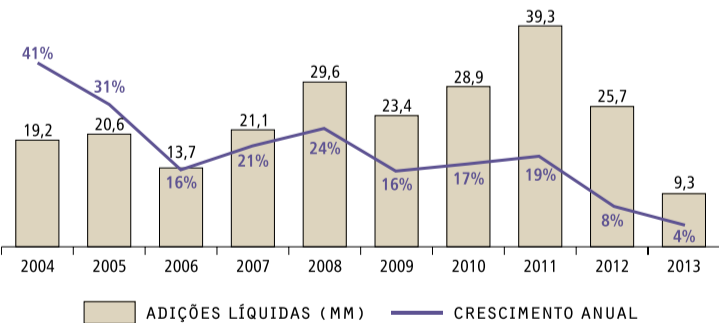
As concessionárias de telefonia fixa representavam 66% do total dos acessos fixos em serviço em 2013(*).

*última informação divulgada pela ANATEL relativa a agosto de 2013

Telefonia Móvel

Com 271,1 milhões de usuários em dezembro de 2013 e taxa de penetração de 136,4% sobre a população, o mercado de telefonia móvel brasileiro apresentou crescimento expressivo por mais um ano. As adições líquidas em 2013 somaram 9,3 milhões de usuários, refletindo crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 78,0% do total de usuários móveis em dezembro de 2013 (80,5% em 2012), enquanto no pós-pago os usuários representaram 22,0% do total da base móvel.

CRESCIMENTO ANUAL DO MERCADO DE TELEFONIA MÓVEL

**Banda Larga Fixa**

O mercado de acesso à internet através da banda larga fixa manteve-se como uma das avançadas de crescimento do setor em 2013. Ao final de 2013(*), a base de usuários atingiu cerca de 20,9 milhões de acessos, revelando crescimento de 11,1% frente a 2012 (dezembro), o que representou 2,1 milhões de novos usuários.

*última informação divulgada pela ANATEL relativa a novembro de 2013

TV por Assinatura

Em novembro de 2013, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma evolução de 1,8 milhões, um crescimento de 11,3% no ano de 2013 (27,0% em 2012). Ao fim de novembro de 2013, os acessos de TV por assinatura totalizaram 18 milhões de assinantes.

Tal evolução, por mais um ano, foi impulsionada pelo crescimento dos pacotes voltados para as camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira, onde ainda existe forte potencial de mercado no país. A taxa de penetração relativamente ao total de habitantes atingiu 29% (27% em 2012), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (*Direct to Home*) foram responsáveis por 72,5% dos novos usuários, seguido pela tecnologia a cabo, com 34,1%. Cabe ressaltar que as novas entradas do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

Cenário Regulatório**• Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados**

A assinatura dos novos Contratos de Concessão ocorreu somente na data de 30 de junho de 2011, em virtude das discussões relativas à proposta de novo Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU"), marcadas por divergências quanto aos impactos econômico-financeiros decorrentes do atendimento das metas propostas e, especialmente, quanto à necessidade de equacionamento das fontes de financiamento requeridas para a viabilização do plano, condição prevista pela Lei Geral de Telecomunicações.

A Anatel lançou uma Consulta Pública com perguntas à sociedade sobre temas relevantes para avaliação do ambiente econômico e regulatório do STFC a fim de recolher subsídios à revisão dos Contratos de Concessão para o período 2014 a 2020, cujo encaminhamento ocorreu em dia 31 de Janeiro de 2014. Até 31 de março de 2014 haverá nova Consulta Pública para revisão dos Contratos de Concessão propriamente ditos, devendo ocorrer ainda a revisão das metas de Universalização e de Qualidade do STFC, prestado em regime público.

• Plano Geral de Atualização da Regulação

Em outubro de 2010, completaram-se dois anos da edição do PGR – Plano Geral de Atualização da Regulação – momento para o qual se previa a conclusão das ações de curto prazo previstas nesse Plano, incluindo-se novos regulamentos sobre temas de grande importância para o setor. Nem todas essas ações foram finalizadas. O status dos principais temas da agenda é apresentado a seguir.

• **Regulamento de ITOG (Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita):** dispõe sobre regras para a distribuição da Lista Telefônica e oferta do Serviço de Auxílio à Lista. Consulta Pública (11/2010) já concluída, mas Regulamento ainda não foi publicado.

• **Regulamento de Numeração:** dispõe sobre solução para assegurar recursos de numeração para serviços de telefonia móvel na capital do Estado de São Paulo (área de código nacional 11). Consulta Pública 13/2010 concluída e Regulamento editado em dezembro de 2010. A numeração no CN 11 já passou para nove dígitos. Até dezembro de 2013 passarão a conter o nono dígito os demais CNs do Estado de São Paulo (CNs 12 a 19). Em Janeiro de 2014,

entram os CNs iniciados pelo número 2 que abrangem os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Até dezembro de 2014, o nono dígito será incluído na região Norte, exceto Acre. Minas Gerais e Nordeste terão o nono dígito até 31 de dezembro de 2015. Por último, até 31 de dezembro de 2016, serão as regiões Sul, Centro-Oeste e o Acre.

• **Regulamentos de Fiscalização e Sanções Administrativas (CP 21 e 22/2010):** Consultas Públicas finalizadas e regulamentos publicados (Sanções – Resolução 589/2012 e Fiscalização – Resolução 596/2012). Os regulamentos permitiram a redução de multas, a possibilidade de acordos substitutivos (Termo de Ajuste de Conduta – TAC), e previram elaboração de nova metodologia de multas.

• **Novo Regulamento de Áreas Locais (CP 23/2010):** novo Regulamento, publicado em janeiro de 2011 por meio da Resolução 560/2011, amplia abrangência geográfica das áreas locais, provocando alteração do volume de chamadas de Longa Distância e na remuneração de redes associada a essas chamadas. É possível que haja uma revisão do Regulamento de Áreas Locais em 2014, com efeitos a partir de 2016, conforme fontes da Anatel.

• **Novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada ("EILD")**, submetido à CP 50/2010 no final de 2010 e regulamento aprovado, conforme Resolução 590/2012. O novo regulamento mantém a possibilidade de cobrança de EILD Especial, mas reduziu os valores da tabela de referência da ANATEL em média 17%, e incluiu possibilidade de desconto por prazo e volume. Vale destacar ainda que há novas obrigações para a oferta de EILD decorrente da aprovação do Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC") – Resolução 600/12, como a obrigação da divulgação de Oferta Pública de Produto de Atacado ("ORPA") e a comercialização por meio do Sistema de Negociação de Oferta de Mercado ("SNOA").

• **Revisão do Regulamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE:** CP 11/2011 lançada em 1 de março de 2011 e regulamento publicado, conforme Resolução 586/2012. O novo regulamento define as regras básicas, os requisitos de demanda e as características para oferta, tarifação, qualidade e forma de pagamento do Acesso Individual Classe Especial – AICE, do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, prestado em regime público. Os beneficiados pelo AICE são os assinantes de baixa renda constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (que incluem as famílias com renda de até três salários mínimos).

• **Regulamento Geral de Qualidade das Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - RGQ-STFC, em substituição ao Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 341, de 20 de junho de 2003, e ao Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 417, de 17 de outubro de 2005:** CP 16/2011 lançada em 31 de março de 2011, e Regulamento aprovado pela Resolução nº 605/2012. O Regulamento alterou as condições de medições sobre a qualidade da prestação do STFC, permitindo a coleta dos dados de indicadores de complemento de chamada por outros meios além dos arquivos de tarifação.

• **Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do STFC, envolvendo Acessos do SMP:** CP 37/2011 lançada em 11 de outubro de 2011, cujo Regulamento foi editado em 4 de novembro de 2011. O Regulamento estabelece os critérios de reajuste das tarifas das chamadas dos Planos Básicos das Concessionárias do STFC, envolvendo acessos do SMP, nas modalidades local e de longa distância nacional, em cumprimento ao art. 108 da LGT e na Cláusula 12.3 dos Contratos de Concessão.

• **Norma da Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência X Aplicado nos Reajustes de Tarifas do STFC:** CP 39/2011 lançada 18 de julho de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Esta Norma tem por objetivo estabelecer os critérios e a metodologia de cálculo do fator de Transferência X, previsto nas regras contratuais de reajuste de tarifas nas modalidades do STFC, conforme §2º da Cláusula 12.1 dos Contratos de Concessão do STFC, vigentes a partir de 2 de maio de 2011, em cumprimento ao art. 7º, inciso II, do Decreto nº 4733, de 10 de junho de 2003.

• **Regulamento de Bens Reversíveis:** CP 52/2010 lançada no final de 2010, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Disciplina a concessão de anuidade prévia para substituição, oeração e alienação de bens reversíveis. Também prevê condições mais rígidas para o controle dos bens da Concessionária.

• Outros temas

• **MVNO (*mobile virtual network operator*):** foi aprovada, em novembro de 2010, a Resolução 550 que permite a prestação do SMP por operadoras virtuais (MVNO). Ainda não existem prestadoras de MVNO em parceria com a Oi. A Porto Seguro e a Datora firmaram parcerias com a TIM.

• **Regulamento do SCM:** CP 45/2011 lançada em 8 de agosto de 2011, deu origem, após inúmeras contribuições da sociedade, ao novo Regulamento de SCM, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013. O novo Regulamento trouxe como inovação a permissão de as próprias prestadoras de SCM poderem realizar o provimento de conexão à internet e a permissão de implantação da função mobilidade restrita, cujas condições estão previstas na regulamentação específica de uso de radiofrequência.

• **Regulamento de Gestão da Qualidade do SCM – RGQ-STFC:** CP 46/2011 lançada em 9 de agosto de 2011, cujo Regulamento foi editado em 31 de outubro de 2011. O Regulamento estabelece as metas de qualidade e os critérios de avaliação, obtenção de dados e acompanhamento da qualidade das prestadoras do SCM.

• **Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado ("SeAC"):** CP 65/2011 lançada em 19 de dezembro de 2011, cujo regulamento foi publicado conforme Resolução 581/2012. O Regulamento operacionaliza o disposto na Lei nº 12485, de 12 de setembro de 2011, quanto a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Apresenta o regramento para esse novo serviço (SeAC), incluindo disposições acerca da outorga do serviço, instalação e licenciamento de estações, canais de programação de distribuição obrigatória e outros, no sentido de reduzir possíveis barreiras à entrada de novos prestadores.

• **Regulamento de Gestão da Qualidade das Prestadoras dos Serviços de Televisão por Assinatura:** CP 26/2011 lançada em 23 de maio de 2011, mas o Regulamento ainda não foi publicado. Dispõe sobre a consolidação dos atuais indicadores e estabelece o Índice de Desempenho de Atendimento-IDA.

• Novos Regulamentos:

• **Concatenação de chamadas do SMP:** CP 34/2012 lançada em novembro de 2012 e regulamento publicado no mesmo mês, pela Resolução 604/2012, disciplinando a concatenação para todas as chamadas móveis com mesma origem e destino com menos de 120 segundos de intervalo entre elas.

• **Norma para uso de Femtocélulas:** CP 53/2012, lançada em 11 de dezembro de 2012, e aprovada pela Resolução nº 624/2013. A norma estabelece características operacionais, condições de instalação e de uso de Femtocélulas nas redes de SMP, SME e SCM. As principais inovações trazidas pelo regulamento de Femtocells são: isenção de pagamento de Fistel, radiação restrita a 1 watt de potência e comercialização sem ônus ao usuário.

• **Modelagem de Custos de Telecomunicações:** CP 26/2012, lançada em 4 de julho de 2012 e regulamento ainda não aprovado. O modelo propõe calcular os custos dos serviços de atacado regulados no Brasil, incluindo interconexão fixa, interconexão móvel e linhas dedicadas (EILD). A ANATEL irá anunciar no primeiro trimestre de 2014 as tarifas com base na modelagem de custos para serem aplicadas em 2016.

• **Regulamento sobre prestação do STFC fora da ATB (STFC FATB):** CP 08/2012, lançada em 15 de fevereiro de 2012 e regulamento aprovado pela Resolução nº 622/2013. O Regulamento tem por objetivo disciplinar as condições de atendimento do STFC em áreas rurais, tanto para acesso individual quanto coletivo, criando ofertas de planos de serviços em toda a área rural/FATB.

• **Plano Geral de Metas de Competição ("PGMC"):** previsto no PGR como ação de curto prazo, Regulamento do PGMC foi aprovado pela Resolução 600/2012. O PGMC definiu os mercados relevantes para o Setor de Telecomunicações, as regras para identificação dos Grupos Empresariais que contêm empresas com Poder de Mercado Significativo ("PMS"), e obrigações destinadas à incentivar a competição.

4 - PERFIL DA EMPRESA

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 74 milhões de Unidades Geradoras de Receita ("UGR"), de acordo com os dados mais recentes fornecidos pela ANATEL. A Companhia atua em todo território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes double-play, triple-play e quadruple-play), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 330 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 88,5% da população brasileira. A Companhia possui aproximadamente 18,6% do market share em telefonia móvel e cerca de 40,5% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, mais de 520 mil hotspots wifi, mantidos inclusive em locais públicos, tais como aeroportos e shopping centers.

5 - ESTRATÉGIA DA COMPANHIA E NOVOS NEGÓCIOS

As iniciativas da Oi e suas empresas controladas visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

No ano de 2013, nossa estratégia foi reformulada passando a ser baseada em três principais pilares:

Consolidação do modelo de negócios

A convergência de serviços de telecomunicações é uma tendência no mercado e tem sido buscada pela Companhia não somente por meio da oferta convergente de serviços de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV paga (bundling), mas também pela unificação de seus processos internos com o objetivo de tornar sua cadeia de serviços totalmente convergente e integrada, desde o atendimento e vendas ao cliente até a sua instalação e posterior cobrança. A estratégia de convergência permite aumentar as vendas de forma sustentável, contribuindo para o aumento da receita média por cliente e diminuindo seus custos de captação. Pretendemos crescer por meio da oferta de serviços convergentes no segmento Residencial, utilizando-se da capilaridade de nossa infraestrutura para avançar nossos negócios em banda larga e TV paga.

No segmento de Mobilidade Pessoal, nosso principal foco é o mercado de pré-pago, por melhor se adequar ao perfil de consumo do cliente brasileiro, possuir baixo custo de aquisição e por não envolver risco de inadimplência. Além disso, temos utilizado campanhas direcionadas a estimular a recarga para avançar o uso de voz e dados. No segmento pós-pago, o foco é na qualidade da aquisição de novos clientes adotando um processo mais adequado de vendas, assegurando assim um crescimento saudável e rentável da sua base de clientes, além de tirar proveito da crescente demanda no uso de dados móveis.

Já no segmento Corporativo, temos explorado novas ofertas a fim de aumentar a receita por cliente. A estratégia é posicioná-las de forma a capturar maior participação no mercado de *cloud computing*, avançando as melhores práticas em conjunto com a Portugal Telecom. Para o mercado de Pequenas e Médias Empresas, o momento tem sido de reestruturação das ofertas e dos canais, com foco na qualidade das vendas, para capturar o crescimento deste mercado.

Eficiência operacional com gestão de rede e infraestrutura focada no tripé: rede, operações e TI

A Companhia continuará focada em iniciativas visando à melhoria da eficiência operacional a partir do tripé: rede, operações e TI.

No âmbito da gestão de rede, os principais objetivos são o desenvolvimento gradual da rede através da fibra ótica, assim como a rentabilização e a simplificação da rede para otimização dos investimentos, a convergência de rede e serviços e a sua capacitação para acompanhar a evolução do tráfego. Continuaremos em busca de alternativas de otimização do uso de rede visando à melhor alocação de nossos investimentos e redução dos custos operacionais. O compartilhamento da rede 4G com a Tim, por exemplo, foi mais um passo bem sucedido no sentido de racionalização da infraestrutura.

No que se refere a operações de campo, o foco é em eficiência operacional e gestão da experiência do cliente por meio da consolidação e automação de processos e implementação de ferramentas para gestão das operações. Uma importante iniciativa nesse sentido foi a internalização da equipe de manutenção da planta interna, que possibilitou melhor gestão das operações. Outro exemplo realizado durante o ano de 2013 foi a redução de seus centros de operação de campo de 20 para 3, o que proporcionou um maior controle e consequente melhora dos serviços prestados, além de redução dos custos operacionais. Ainda com esse foco, a Companhia valeu-se da experiência da Portugal Telecom para implementar a ferramenta *Workforce Management (Click)*, que proporcionou uma melhora na taxa de sucesso de instalação na primeira visita, aumento na produtividade, redução nos números de reclamações e redução dos custos operacionais. Finalmente no que tange a TI, a Companhia busca desenvolver sua arquitetura de TI com o intuito de integrar e simplificar os processos de negócios e desenvolvimento de produtos e serviços. No curto prazo, queremos otimizar nossos processos internos, com redução na quantidade dos nossos programas e aplicativos. No longo prazo, a estratégia é transformar nossa arquitetura baseada em "silos" em uma arquitetura de TI convergente e simplificada para melhorar significativamente o tempo de disponibilização de produtos e serviços (*time to market*) e reduzir os custos operacionais.

Disciplina financeira visando à melhoria do perfil do fluxo de caixa

A Oi continuará buscando iniciativas para manter sua disciplina financeira, com o fim de melhorar o perfil do seu fluxo de caixa e da alocação do Capex, assim como otimizar sua estrutura de capital. Nesse sentido, em 2013 monetizamos alguns de nossos ativos, trazendo maior flexibilidade financeira e gerando economias e criando maior valor para os acionistas. Ainda em 2013, adequamos nossa política de dividendos proporcionando sustentabilidade na remuneração aos acionistas equilibrada ao crescimento de longo prazo da Companhia. Além disso, temos investido de forma mais eficiente. A disponibilização de recursos para os investimentos é tratada em comitê onde cada regional deve apresentar seu projeto para sustentar sua necessidade de Capex. Essas estratégias permitem uma melhor alocação dos investimentos visando à maximização da relação risco/retorno.

6 - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 24 de maio de 2011, a controladora Telemar Participações S.A. (TmarPart) divulgou fato relevante no qual comunicou que, em reunião prévia de acionistas, realizada naquela data nos termos do Acordo de Acionistas da TmarPart, havia sido aprovada orientação para que as administrações da TmarPart e de suas controladas TNL, Coari, BRT e TMAR (sendo as quatro controladas denominadas, em conjunto, "Companhias Oi") conduzissem estudos e adotassem procedimentos pertinentes visando a uma reorganização societária das Companhias Oi.

A referida Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a

Governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. Nesse sentido, a Reorganização Societária compreendia conjuntamente a cisão parcial da TMAR e a incorporação das ações desta pela Coari, bem como as incorporações da Coari e da TNL pela BRT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações seria condicionada à aprovação da outra.

Em virtude da Reorganização Societária, a BRT passaria a concentrar todas as participações acionárias das Companhias Oi e a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A. A manutenção do controle acionário da Oi exclusivamente pela TmarPart era condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL.

Em 27 de fevereiro de 2012, foram realizadas as Assembleias Gerais da Coari, BRT, TNL e TMAR, nas quais foram aprovadas as operações compreendidas na Reorganização Societária, além de todos os documentos pertinentes. Em função das deliberações tomadas nas referidas Assembleias Gerais, a TMAR foi parcialmente cisnada e teve suas ações incorporadas pela Coari. Por sua vez, a TNL e a Coari foram incorporadas pela BRT naquela data, extinguindo-se e sendo sucedidas, a título universal, pela BRT, a qual passou a denominar-se Oi S.A. ("Oi"). Dessa forma, a Oi passou a ser controlada diretamente pela TmarPart, enquanto a TMAR se tornou subsidiária integral da Oi. Em 29 de março de 2012, encerrou-se o prazo para exercício do direito de receso por parte dos acionistas dissidentes legitimados da TMAR e da TNL, sendo que a apuração de tal exercício foi concluída em 5 de abril de 2012, tendo-se divulgado o respectivo resultado através de Fato Relevante na mesma data. O pagamento do valor do reembolso das ações dos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada foi realizado no dia 9 de abril de 2012.

As ações da TMAR, TNL, Coari e Oi continuaram a ser negociadas sob os códigos TMR3, TMR5, TMR6, TNL3, TNL4, COAR3, COAR4, BRT03 e BRT04 até o dia 5 de abril de 2012, inclusive, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). A partir do dia 9 de abril de 2012, passaram a ser negociadas (i) na BM&FBOVESPA, somente as ações ordinárias e preferenciais da Companhia, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de região Oi, e (ii) na *New York Stock Exchange – NYSE*, somente *American Depositary Receipts* (ADRs) representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

Em virtude da Reorganização Societária, a Oi reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da BRT pela Coari. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos ativos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente.

Posteriormente, a Oi formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da Administração, melhor representa a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da BRT pela TMAR. Em 24 de abril de 2013, a CVM, em reunião do seu Colegiado, deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua reconexão na TmarPart, na qualidade de controladora da Companhia. Consequentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram representadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil.

7 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia encerrou 2013 com 74.466 mil unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 17.837 mil no segmento Residencial, 47.727 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 8.246 mil no segmento Corporativo / PMEs, além de 655 mil telefones públicos.

Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11 - MERCADO DE CAPITAIS E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Após o final de 2013, o capital da Companhia era representado por 1.797 milhões de ações, sendo 599 milhões ações ordinárias e 1.198 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em tesouraria	TmarPart	Acionistas TmarPart	Em circulação
Ordinárias	599.008.629	84.250.695	290.549.788	62.293.273	161.881.304
Preferenciais	1.198.077.775	72.808.066	18.289.917	422.760.870	684.137.806
Total	1.797.086.404	157.058.761	308.839.705	485.054.143	846.019.110

• **Nossas Ações***
Na BM&FBOVESPA, as ações da Oi encerraram o ano de 2013 cotadas a R\$ 3,61 OIBR3 (ordinária) e a R\$ 3,59 OIBR4 (preferencial), apresentando desempenho negativo em 2013 de 54,5% e 49,4%, respectivamente. O Ibovespa encerrou o mesmo período com queda de 15,5%.

Na bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da Companhia tiveram desvalorização de 62,7% OIBR.C (ordinária) e 54,3% OIBR (preferencial) em 2013.

* fonte de dados: *Economática*

• **Relações com Investidores**

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional.

Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e roadshows no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

Em 2013, ressalta-se a participação da equipe de Relações com Investidores em 13 conferências no Brasil e exterior, tendo-se reunido com cerca de mil investidores e analistas.

• **Dividendos**

Em março de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos e resgate de ações bonificadas, referente ao exercício de 2012, no valor total de R\$ 1,0 bilhão, cujo pagamento foi realizado conforme segue:

(i) em 28 de março de 2013, foi realizado pagamento de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2012, no valor total de R\$ 837.543.395,43, equivalente ao montante de R\$ 0,510688584430 por ação ordinária e preferencial, através do Banco do Brasil S.A.; e

(ii) em 1 de abril de 2013, foi realizado pagamento do resgate das ações preferenciais classe B e C emitidas em bonificação aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo valor total de R\$ 162.456.604,57, equivalente ao montante de R\$ 0,099057235567 por ação ordinária e preferencial, através do Banco do Brasil S.A.

Em setembro de 2013, foi aprovado no Conselho da Administração da Oi S.A. o pagamento de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2013, no valor total de R\$ 500 milhões, equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013. O pagamento destes dividendos foi efetuado em 11 de outubro de 2013.

12 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Oi vem mantendo e se aprimorando em seu processo evolutivo no que tange às práticas de Governança Corporativa. O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas que interagem visando cumprir os objetivos sociais e assegurar a perenidade do negócio.

Parte deste processo foi a publicação em 2012 da Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações Envolvendo Conflito de interesses, que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos para transações dessa natureza, preservando a transparência do processo, de modo que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da Companhia, seus administradores e seus acionistas. Em dezembro de 2012 a Oi aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, corroborando o compromisso da Companhia com a transparência e reforçando o interesse na melhoria de suas práticas.

Além disso, também no exercício de 2012, houve a realização da simplificação da estrutura societária, resultando em fatores muito positivos, visando a agregar valor aos acionistas, reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros tornando a Companhia mais atraente para os investidores e com maior acesso ao mercado de capitais.

Apesar de o exercício de 2013 não houve alterações significativas nas estruturas de governança corporativa ou societária. No entanto, em outubro a Companhia anunciou através de divulgação de fato relevante a celebração de memorando de entendimentos para a união de suas atividades com a Portugal Telecom.

As bases e princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo as duas empresas e alguns de seus acionistas controladores para integrarem uma companhia ("CorpCo") que combinará as atividades e negócios atualmente desenvolvidos pela Oi S/A no Brasil e pela Portugal Telecom na África, consolidando a aliança industrial entre as duas empresas, iniciada em 2010.

Tal reestruturação societária permitirá acelerar o desenvolvimento da Oi no Brasil com geração de sinergias operacionais e financeiras para a CorpCo, aumento de escala de suas posições de liderança nos mercados brasileiro e português, além de adoção das mais elevadas práticas de governança corporativa, com listagem das ações de sua emissão no segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S/A. Além disso, a CorpCo contará com uma estrutura societária simplificada e não possuirá acionista ou grupo de acionistas vinculados que detenham a maioria das ações votantes.

Os dados baseiam-se em padrões corporativos e passaram por verificação interna, sendo certo que as informações referentes à operação de reestruturação societária a ser perpetrada baseiam-se no Memorando de entendimentos divulgado ao mercado em 2 de outubro de 2013.

O gerenciamento de riscos, incluindo a estrutura de controles internos, são práticas da Companhia, consideradas fundamentais para atingir seus objetivos. Continuamente aprimorado, o Modelo de Gestão de Riscos da Oi, desdobrado até o nível de processos, segue as boas práticas de mercado, como a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000), o *Internal Control – Integrated Framework*, do Coso (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e o *Cobit (Control Objectives for Information and Related Technology)*. Em 2013 a Oi fortaleceu o modelo de gestão de riscos com a manutenção do funcionamento do Comitê de Continuidade de Negócios implementado em 2012, com atuação estruturada em conformidade com a norma ABNT – NBR ISO 15.999, com objetivo de mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas

principalmente na sociedade ou no meio ambiente.

O ano de 2013 foi um período de consolidação das práticas e conquistas em sustentabilidade da Oi. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros. As parcerias com o Governo como o programa Banda Larga nas Escolas e o Plano Nacional de Banda Larga são parte destas ações de inclusão social.

No último ano, a Companhia fortaleceu seu papel na gestão de resíduos sólidos. Após anunciar, em dezembro de 2012, parceria estratégica com a empresa especializada em serviços de coleta, manejo e valorização de resíduos, desindustrialização e destinação final de eletroeletrônicos e produtos pós-consumo, o próximo passo foi estabelecer as bases para a criação, no Brasil, de um parque industrial de reciclagem para realizar o processamento de resíduos das diversas indústrias do país que manejam eletroeletrônicos, numa parceria estratégica que viabilizará a cadeia completa de gestão de resíduos sólidos.

Apesar de o mesmo tempo em que a iniciativa da Oi destaca o seu pioneirismo entre as Operadoras do Setor de Telecomunicações, também a posiciona como primeira empresa do seu segmento a viabilizar a cadeia completa de gestão de resíduos sólidos, antecipando a adequação da companhia à aplicação da Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A atuação da Oi na área de responsabilidade social corporativa se dá por meio do Instituto Telemar ("Oi Futuro") certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro atua em programas nas áreas de Cultura, Sustentabilidade e Educação, usando as tecnologias da informação e da comunicação para promover transformações sociais e estabelecer novos modelos de referência, inspirando a promoção de políticas públicas.

Na área de Cultura, atua em três Centros Culturais próprios, dois no Rio de Janeiro e um em Belo Horizonte, além de dois Museus das Telecomunicações. Adicionalmente gerencia o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Em 2013, a Oi manteve-se como uma das principais patrocinadoras do país, selecionando mais de 100 projetos através de Edital Público.

O Oi Futuro desenvolve e apoia programas e projetos na área de Educação desde a sua concepção. A aposta em iniciativas que possam contribuir para a reflexão, pesquisa e disseminação de metodologias e práticas inovadoras que venham a servir de referência ou inspiração para políticas públicas de educação é o que, desde a sua origem, tem caracterizado os programas do instituto. O que significa que a educação é compreendida como campo especial de contribuição para a transformação social. O uso de tecnologias de informação e da comunicação nos programas da área de Educação reflete, além disso, a compreensão de que as relações entre educação, cultura e tecnologia são hoje centrais para a formação de jovens aptos a seguir, com autonomia, suas trajetórias educacionais e profissionais.

Entre as iniciativas cabe destacar o Núcleo Avançado em Educação (NAVE), um programa construído sobre três pilares: colégio estadual de ensino médio (integrado ao profissionalizante), núcleo de pesquisa e inovação, e centro de disseminação, com o objetivo de replicar práticas inovadoras para a rede pública de ensino. As duas escolas no Rio de Janeiro e em Recife, foram selecionadas em 2013 pela Microsoft como uma das escolas mais inovadoras do mundo. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as escolas do programa Nave, conquistaram a liderança no ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em suas redes estaduais de ensino. Outro importante programa é a Oi Kabumi! Escola de Arte e Tecnologia que oferece a jovens de comunidades populares urbanas, estudantes ou egressos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Salvador, formação em cursos das áreas das artes gráficas e digitais. Em 2013, estes programas beneficiaram mais de 1.400 jovens. O website (<http://www.oifuturo.org.br>) do Oi Futuro traz mais informações acerca dos seus programas.

As iniciativas descritas acima e o avanço do tema na estratégia da Companhia contribuíram para a sua permanência, pelo sexto ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e integrando pelo terceiro ano o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambas as iniciativas da BM&FBOVESPA. Em 2013, a Oi completou quatro anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Além disso, a Oi passou a integrar a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York (DJSI), que reúne empresas com as melhores práticas de sustentabilidade em todo o mundo. O índice é revisado anualmente, com base em questionários respondidos pelas empresas, e em informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites de relações com investidores. São listadas 10% das empresas participantes com melhor performance em cada um dos setores avaliados. Na categoria de Mercado Emergentes, a Oi foi a única empresa de telecom do Brasil a entrar no índice este ano.

A Companhia divulga anualmente seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacionais da Global Reporting Initiative (GRI). Pelo segundo ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2012 foi publicado em 29 de maio de 2013 e poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.oi.com.br>). Em 2013, a Oi seguiu o mesmo padrão para seu Relatório de Sustentabilidade, cuja previsão de divulgação é abril de 2014.

13 - COLABORADORES

A Oi possui 18.947 colaboradores na atividade de telecomunicações, sendo 393 estagiários e 112 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 66% são do sexo masculino e 34% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 75% de homens e 25% de mulheres.

A média de idade dos colaboradores é de 37 anos, com um tempo médio de empresa de 6 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços. Adicionalmente, a Oi Possui 18.569 colaboradores alocados em atividades de call center, 4.867 alocados em atividades de implantação e manutenção de rede e 188 em outras atividades.

Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 182 Pontos Focais de gestão, 7 *Master Black Belts*, 63 *Black Belts*, 427 *Green Belts*, 400 *Yellow Belts*, 941 *White Belts*, 311 líderes de projetos e 210 líderes de processo.

Com o desafio de criar e fortalecer uma Cultura Única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando que estamos todos no mesmo barco.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Para fundamentar o Ciclo de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com uma Gestão de Carreira cuja principais ferramentas são o processo de recrutamento interno e uma estratégia de desenvolvimento profissional que, além de orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, permite que os Colaboradores estejam aptos a fazer um bom planejamento de sua carreira.

Como forma de proporcionar crescimento profissional aos Colaboradores, a Oi possui a Avaliação de Desempenho nos modelos 360 e 270 graus. O primeiro é designado aos gestores e contempla as etapas de auto-avaliação, avaliação do Gestor, pares, clientes internos e subordinados. Já o modelo 270 graus é composto pelas etapas de

auto-avaliação, avaliação do gestor e dos clientes internos e é voltado para os demais colaboradores. O processo é anual, porém, nos últimos 3 anos não aconteceu o ciclo avaliativo.

Na Oi, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus Colaboradores como, por exemplo, as trilhas de desenvolvimento de competências técnicas, treinamentos spots, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e inglês online.

Os treinamentos voltados para as competências técnicas somaram 253.061 horas de treinamento. O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2013, o Programa Geração Estágio Técnico voltado para as Diretorias de Engenharia e Operações, foi ampliado para as 9 Regionais e, tivemos 5.176 inscritos, disputando 100 vagas. Para o Programa Geração Estágio Superior, aproximadamente 18.000 candidatos se inscreveram e disputaram 160 vagas Concluídos os dois anos dos Programas Trainees Executivo e Expert iniciados em 2011 com a efetivação de 11 Trainees Executivos que assumiram cargos de Especialista nas Regionais RJ, CO (Brasília), Minas Gerais e São Paulo e de 19 Trainees Experts que assumiram cargos de Analista Sr, Especialista de Telecom e Especialista Consultor nas Diretorias de Operações de Campo e Centralizada na Regional RJ.

Para promover maior aproximação com algumas Instituições de Ensino, captar jovens profissionais e nos posicionar como marca empregadora, participamos de 6 Feiras universitárias em 3 Estados do Brasil. Além disso, realizamos Palestras no IME, ITA, UFRJ, PUC e CEFET e firmamos parceria com uma Escola Técnica no Rio de Janeiro. Em 2013 foram oferecidas em torno de 15.809 horas de treinamento para os públicos do Programa Geração. (5902 horas para os Trainees e 9907 horas para os Estagiários).

No ano de 2013 fechamos 10.488 posições na Oi. O recrutamento interno é prioridade para a Companhia. Em 2013, 80% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via *assessment*. No geral, 58,8% das vagas abertas no ano foram preenchidas por colaboradores, com exceção das vagas dos projetos de lojas, porta a porta (PAP Varejo) e PAP Empresarial, voltados principalmente para o público externo, além das migrações da Planta Interna e do IPTV. Esse dado torna-se ainda mais expressivo quando comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi, ao cadastrarem seus currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 772.075 pessoas externas cadastradas atualmente. Além disso, 128 estagiários foram efetivados no ano como colaboradores, média de 10,7 por mês. Por fim, 1.214 Colaboradores foram promovidos de cargo e de salário.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. São vários programas como ginástica laboral, shiatsu, RPG, pilates de solo, drenagem linfática e orientação nutricional, programas para gestantes, entre outros. Na mesma linha, foi realizada no meio do ano a Campanha de Doação de Sangue em parceria com hemocentros de diversos estados brasileiros. A ação mobilizou cerca de 731 Colaboradores, resultando na doação de 419 bolsas de sangue coletadas. A campanha de vacinação Oi foi realizada entre abril e julho tendo vacinado 6.172 colaboradores nos 27 estados.

Entre as ações de segurança do trabalho, a Oi capacitou 3.884 Colaboradores em Noções Básicas de Segurança do Trabalho. Trata-se de um treinamento introdutório, onde os Colaboradores podem conhecer os conceitos básicos de segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Além disso, 4.511 Colaboradores também realizaram o curso de "Direção Consciente e Preventiva", reforçando a necessidade de conscientização dos Colaboradores na utilização de veículos, seja no trabalho ou não. Já o curso de Noções de Prevenção e Combate a Incêndio contou com 3.912 Colaboradores. Além disso, tivemos a participação de 892 colaboradores no curso prático de Trabalho em Altura, tornando-os autorizados para atuarem com segurança nas torres da Cia.

No ano de 2013, diversas campanhas internas movimentaram os Colaboradores Oi. A Copa das Confederações, realizada entre os meses de junho e julho, que teve a Empresa como formadora oficial de serviços de TI e Telecom, foi tema de um movimento que incluiu um *hotsite* com notícias sobre a atuação da equipe Oi no evento, de uma ginca que premiou Colaboradores com ingressos para assistir aos jogos e de um *bolão* que ofereceu brindes a quem acertou o palpite. A campanha reforçou a atuação do "Time Oi na Copa" e a importância de garantir a qualidade dos serviços da Oi em eventos de grande projeção nacional e internacional.

Em setembro, lançamos a campanha sobre o Oi Galera – novo plano da Empresa voltado para o público jovem. Sustentando o conceito "Cliente no centro de tudo", foi reforçada internamente a necessidade de os Colaboradores serem "embaixadores" de um produto lançado para o público jovem. Para isso, o Presidente da Oi, Zeinal Bava, se reuniu para ouvir a percepção sobre o novo plano primeiramente com um grupo de Colaboradores com a mesma idade do público-alvo. Em seguida, o plano foi lançado em primeira mão, num evento também para Colaboradores na mesma faixa etária do público-alvo do plano, mobilizando os Colaboradores Oi previamente, antes do anúncio oficial do lançamento para o mercado.

Até o Programa de Voluntariado da Copa das Confederações, a Oi permitiu que o público interno vivenciasse a experiência de atuar nos estádios em dias de jogos, apoiando a equipe que trabalhou prestando serviços de Telecom. O processo seletivo contou com a participação de 570 Colaboradores e 80 participantes foram selecionados nas seis cidades-sedes onde os jogos aconteceram.

Como parte do guarda-chuva Oi Solidária, a Companhia promove de forma contínua o recolhimento de doativos para vítimas e acidentes ambientais. Durante janeiro, a Regional Bahia incentivou entre seus Colaboradores a ação Carnaval Sem Fome, com recolhimento de alimentos, e a Regional Sul recolheu 295 itens para vítimas de incêndio no Rio Grande do Sul. Em dezembro, Colaboradores do Rio de Janeiro se mobilizaram para ajudar desabrigados por conta da chuva que atingiu alguns municípios do Estado. Foram recolhidos mais de 250 itens entre água, alimentos e produtos de limpeza e higiene pessoal.

Finalmente, entre os meses de novembro e dezembro, a Oi incentivou seus Colaboradores a participarem da Campanha de Natal Solidário, uma tradição na Empresa. A parceria de sucesso com os Correios foi repetida nos 26 estados brasileiros + DF e resultou na entrega de 2.293 presentes para crianças em situação de risco social, participantes da campanha "Papai Noel dos Correios".

14 - AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2013, os auditores da Companhia não prestaram outros serviços, além dos de auditoria da Oi S.A..

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	Nota	2013	Reapresentado			2013	2012	Reapresentado	
			2012	2012				2012	2012
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	9	442.016	1.043.984	2.424.830					4.408.161
Aplicações financeiras	9	31.113	853.277	492.510					2.425.907
Instrumentos financeiros derivativos	19	283.071	381.866	452.234					640.229
Contas a receber	10	1.844.012	1.756.800	7.096.679					7.017.533
Estoques		26.278	13.741	432.633					385.165
Tributos correntes a recuperar	11	73.115	119.361	907.140					1.726.315
Outros tributos	12	569.079	561.669	1.474.408					1.557.177
Depósitos e bloqueios judiciais	13	1.070.693	1.728.996	1.316.252					2.068.315
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	673.508	663.884						
Outros valores a receber	1	1.775.691		1.775.691					
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	8.757	8.653	9.596					9.311
Demais ativos		418.183	236.984	1.305.165					899.856
		7.215.516	7.369.215	17.687.138					21.137.969
Não circulante									
Créditos com partes relacionadas	27	228.269	1.501						
Aplicações financeiras	9	16.882	14.277	99.129					63.692
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.073.000	246.164	1.620.945					348.870
Tributos diferidos a recuperar	11	4.318.604	4.440.706	8.274.432					8.315.975
Outros tributos	12	245.987	243.987	890.835					738.019
Ativo financeiro disponível para venda	3			914.216					905.829
Depósitos e bloqueios judiciais	13	7.068.920	5.998.197	11.050.936					9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	58.329	71.638	60.197					73.708
Ativos mantidos para venda		24.508	24.508	242.400					94.522
Demais ativos		297.289	38.366	376.786					270.701
Investimentos	14	19.437.617	24.464.188	173.640					179.594
Imobilizado	15	5.398.725	4.723.563	24.786.286					23.103.098
Intangível	16	249.874	284.970	3.919.941					4.195.552
		38.418.004	40.552.065	52.408.933					48.012.085
Total do ativo		45.633.520	47.921.280	70.096.071					69.150.054

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2013	Reapresentado		
			2012	2012	
Receitas de vendas e/ou serviços	4	6.883.370	7.016.979	28.422.147	25.161.031
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(3.304.864)	(3.448.662)	(15.259.215)	(12.670.413)
Lucro bruto		3.578.506	3.568.317	13.162.932	12.490.618
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	1.063.185	2.481.715	(17.750)	(12.880)
Despesas com vendas	5	(1.320.752)	(1.267.439)	(5.553.891)	(4.840.707)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.208.979)	(1.021.427)	(3.519.419)	(2.993.131)
Outras receitas operacionais	6	2.091.402	878.008	3.127.676	1.996.101
Outras despesas operacionais	6	(371.763)	(724.367)	(1.912.931)	(1.880.352)
		253.093			



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.470.916	1.579.198	2.012.169	2.543.866
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações				
monetárias	3.141.501	3.326.760	4.329.432	4.045.769
Depreciação e amortização	821.613	700.037	4.278.477	3.220.589
Perdas sobre contas a receber	138.195	97.781	849.779	502.509
Provisões	103.331	231.492	381.949	399.632
Provisão para fundos de pensão	10.068	7.701	10.325	8.118
Equivalência patrimonial	(1.063.185)	(2.481.715)	17.750	12.880
Perda na baixa de ativo permanente	32.602	11.716	395.004	267.273
Receita na alienação de bens	(485)	(231.974)	(214.127)	(389.128)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	32.359	49.426	93.563	121.430
Participação de empregados e administradores	(53.773)	143.682	(115.671)	386.639
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(838.170)	(472.786)	(1.158.520)	(942.021)
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(9.479)	(2.125)		(48.233)
Atualização monetária de provisões	68.605	92.185	246.205	233.017
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	40.728	43.650	81.262	81.371
Dividendos prescritos	(35.695)	(49.122)	(35.744)	(74.732)
Outros	219.460	70.824	1.851.062	1.376.661
	4.078.591	3.116.730	3.022.915	11.745.640
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	174.525	(150.170)	556.009	(1.722.341)
Estoques	(12.537)	(9.495)	(53.696)	(234.494)
Tributos	397.760	118.830	(594.144)	583.571
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(1.106.605)	(1.360.659)	(6.230.243)	(8.885.812)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.937.794	609.427	8.203.246	8.963.131
Despesas antecipadas	(229.489)	(101.781)	(1.954.059)	(1.452.539)
Fornecedores	482.763	(430.803)	(250.056)	(761.011)
Salários, encargos sociais e benefícios	16.706	29.107	(972)	64.290
Provisões	(398.337)	(310.165)	(934.039)	(771.155)
Provisão para fundos de pensão	(124.245)	(100.525)	(124.246)	(100.526)
Outras contas ativas e passivas	(1.904.532)	(151.542)	(1.581.866)	179.935
	(766.197)	(1.857.776)	(2.964.066)	(4.136.951)
Encargos financeiros pagos	(1.528.287)	(1.844.636)	(2.448.391)	(2.502.884)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(11.156)	(1.030)	(314.221)	(992.820)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(68.108)	(71.429)	(325.931)	(286.538)
Dividendos recebidos	873.645	948.185	65.006	83.087
	(733.906)	(968.910)	(3.023.537)	(3.699.155)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.578.488	290.044	7.035.312	3.909.534
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens de ativo imobilizado e intangível	(1.860.546)	(853.431)	(5.976.488)	(5.329.827)
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberações	(345.785)	(3.041)		
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos	130.837	149.147		133.023
Recursos obtidos na venda de bens	485	362.839	4.127	716.475
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.275.664)	(1.610.764)	(1.693.945)	(2.409.166)
Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	666.483	369.428	958.529	747.696
Ativo financeiro disponível para venda				(250.186)
Aquisição de ações de minoritários				(35.032)
Fluxo de caixa decorrente de perda de controle de controladas			(50.732)	
Aumento/Redução de investimentos permanentes	240.572	13.958	(11.796)	(67.657)
	(2.443.618)	(1.571.864)	(6.770.305)	(6.494.674)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Lucro líquido do exercício	1.493.015	1.784.890	1.493.015	1.784.927
Aumento por Reorganização Societária		87.550		87.550
Gainho (Perda) de contabilidade de "hedge"	(119.229)	35.842	(139.334)	52.634
Gainho (Perda) de contabilidade de "hedge" reflexa	(20.105)	16.792		
Gainhos (Perdas) atuariais	113.972	(168.989)	114.896	(168.293)
Gainhos (Perdas) atuariais reflexa	924	696		
Total do resultado abrangente do exercício	1.468.577	1.756.781	1.468.577	1.756.818
Resultado abrangente atribuído ao controlador	1.468.577	1.756.781	1.468.577	1.756.781
Resultado abrangente atribuído ao não controlador				37
Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Controladora		Consolidado	
	2013	Reapresentado 2012	2013	Reapresentado 2012
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	13.810.668	13.392.030	45.252.584	39.900.634
Descontos incondicionais e devoluções	(4.534.717)	(3.897.516)	(7.291.814)	(5.908.606)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.195)	(97.781)	(849.779)	(502.509)
Outras receitas	2.078.474	881.981	3.059.168	1.947.124
	11.216.230	10.278.714	40.170.159	35.436.643
Insuamos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(1.555.349)	(1.649.919)	(3.965.623)	(3.914.543)
Materiais e energia	(207.282)	(246.040)	(892.830)	(858.143)
Custos de mercadorias vendidas			(585.656)	(576.664)
Serviços de terceiros	(2.309.981)	(2.217.240)	(9.482.934)	(8.112.951)
Outros	(64.930)	(73.559)	(1.031.684)	(980.320)
	(4.137.542)	(4.186.758)	(15.958.727)	(14.442.621)
Valor adicionado bruto	7.078.688	6.091.956	24.211.432	20.994.022
Retenções				
Depreciação e amortização	(821.613)	(700.037)	(4.278.477)	(3.220.589)
Provisões (Inclui atualização monetária)	(171.936)	(323.677)	(628.154)	(632.649)
Outras despesas	(160.073)	(195.250)	(396.737)	(143.612)
	(1.153.622)	(1.218.964)	(5.303.368)	(3.996.850)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.925.066	4.872.992	18.908.064	16.997.172
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.063.185	2.481.715	(17.750)	(12.880)
Receitas financeiras	543.404	1.150.927	1.375.217	2.275.106
	1.606.589	3.632.642	1.357.467	2.262.226
Valor adicionado total a distribuir	7.531.655	8.505.634	20.265.531	19.259.398
Distribuição do valor adicionado				
Passivo				
Remuneração direta	(329.574)	(499.034)	(1.401.480)	(1.517.035)
Benefícios	(86.798)	(82.164)	(404.391)	(310.046)
FGTS	(47.767)	(36.979)	(150.316)	(113.749)
Outros	(11.277)	(12.237)	(68.661)	(56.354)
	(475.416)	(630.414)	(2.025.448)	(1.997.184)
Impostos e taxas				
Federais	(367.539)	(123.337)	(2.242.255)	(2.096.625)
Estaduais	(1.963.448)	(2.081.849)	(7.951.660)	(7.385.323)
Municipais	(11.093)	(13.066)	(89.368)	(74.446)
	(2.342.080)	(2.218.252)	(10.283.283)	(9.556.394)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(2.808.004)	(3.397.640)	(4.397.101)	(4.317.734)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(413.140)	(474.338)	(2.066.684)	(1.803.159)
	(3.221.144)	(3.872.078)	(6.463.785)	(5.920.893)
Remuneração de capitais próprios				
Participação de acionistas não controladores		(416.686)		(37)
Dividendos				(446.222)
Lucros retidos	(1.493.015)	(1.368.204)	(1.493.015)	(1.338.668)
	(1.493.015)	(1.784.890)	(1.493.015)	(1.784.927)
Valor adicionado distribuído	(7.531.655)	(8.505.634)	(20.265.531)	(19.259.398)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. ("Companhia" ou "Oi") é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 - 2º andar. A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da controlada indireta TNL PCS S.A. ("TNL PCS") a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; e (iii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão prevêm revisões quinzenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 16.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "Securities and Exchange Commission" dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR's - "American Depositary Receipts" na NYSE - "New York Stock Exchange".

Em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

As participações em controladas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta		Indireta	
			2013	2012	2013	2012
Oi Móvel	Telefonia móvel - Região II	Brasil	100%	100%		
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia")	Tráfego de dados	Brasil	100%	99,99%	100%	
BRT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BRT Card")	Serviços financeiros	Brasil	100%	100%		
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BTT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil	100%	100%		
BRT Serviços de Internet S.A. ("BRTI")	Internet	Brasil	100%	100%		
Internet Group do Brasil S.A. ("IG Brasil")	Holding	Brasil	100%			
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BTS") (i)	Tráfego de dados	Brasil		99,99%	100%	
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (i)	Tráfego de dados	Bermuda		100%		
Brasil Telecom de America Inc. (i)	Tráfego de dados	Estados Unidos da América		100%		
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BTV Venezuela")	Tráfego de dados	Venezuela	100%		100%	
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal (i)	Tráfego de dados	Colômbia		100%	100%	
Oi Paraguay Comunicaciones SRL	Tráfego de dados	Paraguai		100%	100%	
	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	50%	100%		
Rio Alto Participações S.A. ("Rio Alto")	Investimentos em propriedades	Brasil	100%	100%		
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Telefonia Fixa - Região I	Brasil	100%	100%		
Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia Móvel - Regiões I e III	Brasil	100%	100%		
TNL PCS S.A. (i)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%	100%		
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros")	Investimentos em propriedades	Brasil	99,87%	100%	99,87%	100%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades	Brasil	100%	100%		
Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet")	Internet	Brasil	100%	100%		
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A.	Compra e venda S.A.	Brasil	100%	100%		
SERREDE - Serviços de Rede S.A.	Serviços de rede	Brasil	0,01%	99,99%	0,01%	99,99%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	Espanha	100%	100%		
VEX Wifi Tec Espanha S.L.	Internet Wifi	Espanha	100%	100%		
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi	Venezuela	100%	100%		
VEX Wifi S.A.	Internet Wifi	Uruguai	100%	100%		
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia	90%	90%		
VEX USA Inc.	Internet Wifi	Estados Unidos da América	100%	100%		
VEX Bolívia	Internet Wifi	Bolívia	100%	100%		
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi	Argentina	100%	100%		
VEX Chile Networks Serv Tc Ltda.	Internet Wifi	Canadá	100%	100%		
VEX Colombia Ltda.	Internet Wifi	Colômbia	100%	100%		
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi	Paraguai	99,99%	99,99%		
Pointer Peru S.A.C.	Internet Wifi	Peru	100%	100%		
VEX Portugal S.A.	Internet Wifi	Portugal	98,58%	98,58%		
VEX Panamá S.A.	Internet Wifi	Panamá				



Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado	11.316.554	11.316.554
Participações dos não controladores originalmente apresentada		
Patrimônio líquido total	11.316.554	11.316.554
Ajustes:		
Ganhos e (perdas) atuariais (i)	(208.549)	(207.277)
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (ii)	1.272	(207.277)
	(207.277)	(207.277)
Atribuído a:		
Controlador	(207.277)	(207.277)
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	11.109.277	11.109.277
Atribuído a:		
Controlador	11.109.277	11.109.277
Não controladores		

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em	Negócios em	Saldos ajustados
	31/12/2012	conjunto (ii)	em 31/12/2012
Receita de venda de bens e/ou serviços	25.169.230	(8.199)	25.161.031
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(12.673.253)	2.840	(12.670.413)
Resultado bruto	12.495.977	(5.359)	12.490.618
Despesas/Receitas operacionais	(7.735.838)	4.869	(7.730.969)
Despesas com vendas	(4.847.297)	6.590	(4.840.707)
Despesas gerais e administrativas	(2.998.437)	5.306	(2.993.131)
Outras receitas operacionais	1.996.122	(12.901)	1.983.221
Outras despesas operacionais	(1.886.226)	5.874	(1.880.352)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	4.760.139	(490)	4.759.649
Resultado financeiro	(2.215.527)	(256)	(2.215.783)
Receitas financeiras	2.275.372	(266)	2.275.106
Despesas financeiras	(4.490.899)	10	(4.490.889)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.544.612	(746)	2.543.866
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(759.685)	746	(758.939)
Corrente	(934.079)	1.208	(932.871)
Diferido	174.394	(462)	173.932
Resultado líquido das operações continuadas	1.784.927		1.784.927
Lucro consolidado do exercício	1.784.927		1.784.927
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.784.890		1.784.890
Atribuído a sócios não controladores	37		37

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos ajustados em 31/12/2012
Fluxos de caixa			
Atividades operacionais	3.858.934	50.600	3.909.534
Atividades de investimentos	(6.439.193)	(55.481)	(6.494.674)
Atividades de financiamentos	974.449		974.449

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do "método corredor" no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reclamam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

(ii) Negócios em conjunto

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

(c) Principais políticas contábeis

Crítérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 20.739 (2012 - passivo a descoberto de R\$ 2.563).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados com parte do produto de software, incluem os custos com benefícios alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a fazer uso da contabilidade de "hedge" para os instrumentos financeiros derivativos, sendo que a sua controlada TMAR já adotava desde 1 de janeiro de 2011. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de "hedge" são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária ("dollar offset").

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de "hedge" são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de "hedge" os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge" de fluxo de caixa. A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada "Outros resultados abrangentes", líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de "hedge" são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem. Será terminada a relação de "hedge" e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia e sua controlada TMAR removerem voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de "hedge" continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de "hedge" são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia e sua controlada TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é



(e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – a revisão clarifica o significado de "atualmente tiver um direito exequível de compensar os valores reconhecidos" e trata da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a revisão seja relevante no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 21 - Tributos - a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a interpretação venha a gerar impacto relevante no reconhecimento de suas obrigações de pagar tributos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. No que se refere ao passivo financeiro, é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A referida norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Controladora		Consolidado		
	2013				
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	418.699	418.699	2.118.646	2.118.646
Aplicações financeiras	Valor justo	47.995	47.995	591.639	591.639
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.844.012	1.844.012	7.096.679	7.096.679
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.356.071	1.356.071	2.073.179	2.073.179
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	673.508	673.508		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	228.269	228.269		
Outros valores a receber	Custo amortizado	1.775.691	1.775.691	1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo			914.216	914.216
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.659.794	1.659.794	4.732.174	4.732.174
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.418.258	13.043.219	26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	10.393.168	10.396.157	9.374.685	9.303.058
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	403.056	403.056	566.651	566.651
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	220.168	220.168	230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado	569.901	569.901	1.120.304	1.120.304
Obrigação de compra de participação acionária	Custo amortizado	418.069	418.069	418.069	418.069

	Controladora		Consolidado		
	2012				
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.020.224	1.020.224	4.061.344	4.061.344
Aplicações financeiras	Valor justo	867.554	867.554	2.489.599	2.489.599
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.756.800	1.756.800	7.017.533	7.017.533
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	628.030	628.030	989.099	989.099
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	663.884	663.884		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.501	1.501		
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo			905.829	905.829
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.567.710	1.567.710	4.657.935	4.657.935
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	12.828.637	13.466.814	25.169.701	25.807.878
Debêntures	Custo amortizado	13.602.838	14.548.228	8.176.388	8.457.517
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	319.726	319.726	514.297	514.297
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	642.633	642.633	655.306	655.306
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado	49.426	49.426	2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado	542.658	542.658	1.085.099	1.085.099

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.
 (ii) Corresponde a 10% de participação acionária na PT – Portugal Telecom.
 A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a TMAR apurou valorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Companhia de R\$ 8.387, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 5.535.
 (iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.
 (iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros
 A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos
 O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2013.

(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo
 Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.
 Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo
 O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabeleceu uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de risco de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:
 Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
 Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.
 Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado		
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo	
	2013	2012	2013	2012	
Ativos					
Equivalentes de caixa	Nível 2	418.699	1.020.224	2.118.646	4.061.344
Aplicações financeiras	Nível 2	47.995	867.554	591.639	2.489.599
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.356.071	628.030	2.073.179	989.099
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1			914.216	905.829
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	403.056	319.726	566.651	514.297

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado
 Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar e Programa de refinanciamento fiscal: todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro
 As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de "Hedge", para o riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits").

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 13,25% (2012 – 6,71%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 41,1% (2012 – 39,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 99,6% (2012 – 97%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	37.297	37.297	27.565	27.565
Aplicações financeiras	869	869	140	140
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.349.991	1.349.991	529.007	529.007
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	6.753.088	6.753.088	5.732.390	5.732.390
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	231.166	231.166	210.273	210.273

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	369.292	369.292	449.791	449.791
Aplicações financeiras	30.334	30.334	13.246	13.246
Ativo financeiro disponível para venda	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.954.915	1.954.915	780.622	780.622
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	14.566.437	14.566.437	12.848.763	12.848.763
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	369.464	369.464	369.166	369.166

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"	Controladora			
	2013		2012	
	Vencimento	Valor justo	Vencimento	Valor justo
		Valores a (pagar)/ a receber		
		2013	2012	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	5,5 - 8,1	435.184	347.283	
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	6,8	420.215	74.483	

Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"	Consolidado			
	2013		2012	
	Vencimento	Valor justo	Vencimento	Valor justo
		Valores a (pagar)/ a receber		
		2013	2012	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,5 - 8,3	865.664	469.935	
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	6,8	420.215	74.484	

Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"	Controladora			
	2013		2012	
	Vencimento	Valor justo	Vencimento	Valor justo
		Valores a (pagar)/ a receber		
		2013	2012	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	130.675	(99.311)	
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	132.751	(3.721)	

Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"	Consolidado			
	2013		2012	
	Vencimento	Valor justo	Vencimento	Valor justo
		Valores a (pagar)/ a receber		
		2013	2012	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,8 - 2,1	21.649	(4.254)	
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	2,1	(31.969)	(18.571)	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	177.140	(106.416)	
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	132.752	(3.721)	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")
 US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

Contratos de NDF "Non Deliverable Forward"
 US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquele moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquele moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	Ganho (perda) com "swap" cambial	391.417	152.555	676.490
Operações de termo em moedas	498.693	407.574	478.152	467.041
Total	890.110	560.129	1.154.642	925.815

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge":



Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora				
2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.652.219	3.204.378	3.753.883
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.121.342	3.853.406	4.577.770
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	229.476	261.382	300.929
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Alta da US LIBOR	(969.916)	(984.718)	(999.520)
Total vinculado a taxas de juros		5.033.121	6.334.448	7.633.062
Consolidado				
2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	3.686.311	4.446.480	5.201.680
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.866.455	4.745.402	5.615.088
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.490.033	1.699.028	1.951.555
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Alta da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)
Total vinculado a taxas de juros		9.122.145	10.971.115	12.849.384

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA e de risco soberano.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazo e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total

Em 31 de dezembro de 2013

Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	856.467	7.145.434	4.422.559	3.207.699	15.632.159
Debêntures (i)	2.825.095	5.349.564	4.508.353	1.998.885	14.681.897
Fornecedores (ii)	413.282				413.282

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total

Em 31 de dezembro de 2013

Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	3.750.326	16.423.096	4.358.303	8.370.961	32.902.686
Debêntures (i)	2.825.095	5.363.004	4.554.704	2.015.733	14.758.536
Fornecedores (ii)	1.694.200				1.694.200
Autorizações e concessões (iii)	457.173	1.024.669	2.565		1.484.407

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

(i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;

(ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e

(iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado. O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,5x
 Dívida Líquida/EBITDA..... entre 1,4x e 3x
 Índice de cobertura de juros (*)..... maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantidade disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 18, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.810.668	13.392.030	45.252.584	39.900.634
Deduções da receita bruta	(6.927.298)	(6.375.051)	(16.830.437)	(14.739.603)
Tributos	(2.392.581)	(2.477.535)	(9.538.623)	(8.830.997)
Outras deduções	(4.534.717)	(3.897.516)	(7.291.814)	(5.908.606)
Receitas de vendas e/ou serviços	6.883.370	7.016.979	28.422.147	25.161.031

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de terceiros	(1.467.629)	(1.438.456)	(6.021.902)	(5.307.179)
Depreciação e amortização	(821.613)	(700.037)	(4.278.477)	(3.220.587)
Interconexão	(1.555.349)	(1.649.919)	(3.965.623)	(3.914.543)
Pessoal (i)	(615.514)	(566.699)	(2.452.969)	(1.851.462)
Serviço de manutenção da rede	(678.702)	(649.147)	(2.372.140)	(2.029.245)
Atuáveis e seguros	(413.140)	(474.438)	(2.066.684)	(1.603.159)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.195)	(97.781)	(849.779)	(502.509)
FISTEL	(16.012)	(16.196)	(689.043)	(627.896)
Publicidade e propaganda	(52.526)	(59.152)	(556.536)	(442.932)
Custo de aparelhos e outros			(515.377)	(507.465)
Materiais	(26.997)	(28.342)	(221.354)	(144.847)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(32.359)	(49.426)	(93.563)	(121.430)
Outros custos e despesas	(16.559)	(7.935)	(249.078)	(230.997)
Total	(5.834.595)	(5.737.528)	(24.332.525)	(20.504.251)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.304.864)	(3.448.662)	(15.259.215)	(12.670.413)
Despesas com vendas	(1.320.752)	(1.267.439)	(5.553.891)	(4.840.707)
Despesas gerais e administrativas	(1.208.979)	(1.021.427)	(3.519.419)	(2.993.131)
Total	(5.834.595)	(5.737.528)	(24.332.525)	(20.504.251)

(i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 10.214 (2012 - R\$ 22.157) no consolidado.

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outras receitas operacionais				
Ganho na alienação de investimentos (Nota 1)	1.496.579		1.496.579	
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	298.599	269.024	698.885	692.915
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	148.398	182.074	394.857	398.158
Receita na alienação de bens	485	231.974	214.127	389.859
Multas	56.781	61.419	181.629	239.686
Serviços técnicos e administrativos	20.165	48.059	51.970	110.627
Dividendos prescritos	35.695	49.122	35.744	74.732
Outras receitas	34.700	36.336	53.885	90.124
Total	2.091.402	878.008	3.127.676	1.996.101
Outras despesas operacionais				
Tributos	(139.136)	(150.213)	(1.171.083)	(893.374)
Provisões/Reversões	(103.331)	(231.492)	(381.949)	(399.632)
Multas	(17.990)	(13.581)	(123.450)	(19.075)
Participação de empregados e administradores	53.773	(143.682)	115.671	(386.639)
Baixa de imobilizado	(12.928)	(21.251)	(68.508)	(48.977)
Custas processuais	(39.754)	(45.245)	(63.225)	(62.074)
Provisões para fundos de pensão e outros correlatos	(10.068)	(86.261)	(10.325)	(8.118)
Outras despesas	(102.329)	(32.642)	(210.062)	(62.463)
Total	(371.763)	(724.367)	(1.912.931)	(1.880.352)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	352.074	411.469	694.734	719.510
Rendimentos de aplicações financeiras	67.746	151.068	278.598	514.617
Dividendos recebidos (i)			78.173	99.181
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	1.652	508.141	69.626	650.487
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	83.559	45.298		48.233
Outras receitas	38.373	34.951	254.086	243.078
Total	543.404	1.150.927	1.375.217	2.275.106
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.421.097)	(1.376.342)	(2.013.066)	(2.076.652)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(719.069)	(731.720)	(1.591.915)	(1.313.059)
Juros sobre debêntures	(857.738)	(751.066)	(860.400)	(753.185)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(271.264)	(663.989)		
Operações de instrumentos financeiros derivativos	838.170	472.786	1.158.520	942.021
Sub-total:	(2.430.998)	(3.050.331)	(3.306.861)	(3.200.875)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(202.709)	(123.423)	(615.810)	(488.074)
Atualização monetária de provisões	(68.605)	(92.185)	(246.205)	(233.017)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(77.144)	(106.493)	(193.048)	(249.087)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(40.728)	(43.650)	(81.262)	(81.371)
Outras despesas	(83.903)	(70.454)	(206.479)	(238.465)
Sub-total:	(473.089)	(436.205)	(1.342.804)	(1.290.014)
Total	(2.904.087)	(3.486.536)	(4.649.665)	(4.490.889)
Resultado financeiro	(2.360.683)	(2.335.609)	(3.274.448)	(2.215.783)

(i) Em 17 de maio de 2013, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,325 por ação, perfazendo o montante de € 29.137 (R\$ 75.994).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Tributos correntes	62.115	(74.367)	(418.498)	(932.871)	
Do exercício	(12.685)	(74.367)	(493.298)	(932.871)	
De exercícios anteriores (i)	74.800		74.800		
Tributos diferidos	(40.016)	280.059	(100.656)	173.932	
Total	22.099	205.692	(519.154)	(758.939)	
Tributos correntes e diferidos (do exercício)	(52.701)	205.692	(593.954)	(758.939)	
Tributos correntes (de exercícios anteriores)	74.800		74.800		
		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro antes das tributações		1.470.916	1.579.198	2.012.169	2.543.866
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL				38.372	(8.348)
Total do resultado tributado		1.470.916	1.579.198	2.050.541	2.535.518
IRPJ e CSLL					
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(500.111)	(536.927)	(697.184)	(862.076)	
Equivalência patrimonial	361.483	843.783	(6.035)	(4.379)	
Efeitos tributários do JSCP		(72.420)		(4.406)	
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (ii)	24	24	31.573	155.662	
Exclusões (adições) permanentes (iii)	85.903	(28.768)	145.688	(12.504)	
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			25.783	613	
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(93.779)	(40.530)	
Ativo fiscal diferido constituído (v)				8.681	
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(52.701)	205.692	(593.954)	(758.939)	

(i) Referem-se a ajustes ao saldo negativo de IRPJ e de CSLL apurados no ano-calendário de 2008.



Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	7.452.333	8.436
Aumento por Reorganização Societária	20.365.629	60.307
Ajustes CPC 19	1.272	111.762
Equivalência patrimonial (i)	2.481.715	(12.880)
Redução de capital da Oi Móvel (ii)	(3.763.789)	
Amortização parcial de ações da TMAR (iii)	(1.210.302)	
Aumento de investimento	9.680	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	16.792	
Dividendos obrigatórios	(663.885)	
Juros sobre capital próprio	(201.000)	
Baixa de investimentos	(15.697)	
Outros	(8.560)	11.969
Saldo em 2012	24.464.188	179.594
Equivalência patrimonial (i)	1.063.185	(17.750)
Baixa de investimentos (iv)	(3.914.237)	
Aumento de capital	270.488	5.500
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes	(19.181)	
Dividendos	(2.426.064)	
Outros	(762)	6.296
Saldo em 2013	19.437.617	173.640

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa aos investimentos de negócios em conjunto, AIX e Paggo Soluções. Em 2012 corresponde, inclusive, ao ajuste do CPC 19.

(ii) Em 1 de junho de 2012 na AGE da Oi Móvel foi aprovada a redução do seu capital social, no montante de R\$ 5.137.062. Do montante total da redução de capital: (a) o montante de R\$ 1.373.273 foi absorvido pelo prejuízo acumulado da Oi Móvel, sem impacto no valor do investimento da Companhia na Oi Móvel, e (b) o montante de R\$ 3.763.789 foi compensado com os valores devidos pela Companhia a controlada BrT Cabos, da GlobeNet, e baixa por venda dos investimentos detidos nas empresas do grupo GlobeNet, vide maiores detalhes na Nota 29, no montante total de R\$362.089.

(iii) Em 27 de julho de 2012, a AGE da TMAR aprovou a amortização parcial das ações ordinárias e preferenciais classe A da TMAR, no valor total de R\$1.210.302.

(iv) A redução dos investimentos detidos pela Companhia estão relacionados a: (i) transferência de investimentos e outros ativos para controlada TMAR no montante de R\$3.552.148 em contrapartida da liquidação de debêntures "intercompany" detidos pela Companhia (Nota 1), e (ii) redução de capital da controlada BrT Cabos, da GlobeNet, e baixa por venda dos investimentos detidos nas empresas do grupo GlobeNet, vide maiores detalhes na Nota 29, no montante total de R\$362.089.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

	Controladora					
	2013					
	Quantidade em milhares		Participação - %			
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ações		Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais		
BrT Venezuela	20.739	166	100		100	100
TMAR	18.999.604	736.710	154.032.213	189.400.783	100	100
Oi Serviços Financeiros	2.959	4.329	799		100	100
Oi Holanda	63.704	(9.006)	100		100	100
Rio Alto	478.231	47.156	215.538.129		50	100

	Controladora					
	2013					
	Equivalência patrimonial		Valor do investimento			
BrT CS		223.284				
BrT Venezuela		166			100	20.739
TMAR		736.710			18.999.604	
Oi Serviços Financeiros		4.329			2.959	
Oi Holanda		(8.472)			63.704	
Rio Alto		21.362			239.115	
Resultado não realizado com investidas		85.806			85.806	
Total		1.063.185			19.411.927	

	Controladora					
	2012					
	Quantidade em milhares		Participação - %			
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ações		Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais		
BrT Celular	2.491.541	307.205	4.473.443		100	100
BrTi	381.917	2.791	685.154		100	100
BrT CS	401.603	163.199		272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	446.662	116.325		399.253	100	100
BrT Call Center	24.984	499	11.270	22.370	100	100
BrT Card	7.509	498		7.499.999	100	100
TMAR	20.611.572	1.564.658	154.032.213	189.400.783	100	100
Oi Serviços Financeiros	(384)	4.308	799		100	100
Oi Holanda	72.710	72.703	100		100	100

	Controladora					
	2012					
	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para passivo a descoberto	
BrT Celular		307.205	2.491.541			
BrTi		2.791	381.917			
BrT CS		163.199	401.603			
BrT Multimídia		109.331	446.662			
VAANT		4.304				
BrT Call Center		499	24.984			
BrT Card		498	7.509			
iG Brasil		17				
iG Participações		3				
NTPA		219				
TMAR		1.819.404	20.611.572			
TNL.NET		244				
TNL.TRADING		(472)				
Oi Serviços Financeiros		3.527				(384)
Oi Holanda		72.703	72.710			
Sumbe		(1.757)				
Total		2.481.715	24.438.498			(384)

	2013			
	Ativos			
	Ativos	Passivos	Receitas	
BrT Venezuela	26.649	5.910	11.358	
TMAR	36.968.904	17.969.300	12.686.440	
Oi Serviços Financeiros	53.058	50.099		
Oi Holanda	3.653.460	3.589.756		
Rio Alto	530.882	52.651		

	2012			
	Ativos			
	Ativos	Passivos	Receitas	
Oi Móvel	4.987.427	2.495.886	2.332.887	
BrTi	446.960	65.043	11.002	
BrT CS	777.365	375.762	253.271	
BrT Multimídia	690.837	244.175	236.208	
BrT Call Center	130.047	105.063	380.106	
BrT Card	9.189	1.680		
TMAR	39.163.757	18.552.185	11.954.371	
Oi Serviços Financeiros	44.777	45.161		
Oi Holanda	3.193.905	3.121.195		

15. IMOBILIZADO

	Controladora						
	2012						
	Obras em andamento	Equipamentos de transmissão automática	Equipamentos e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2012	727.890	5.123.926	14.867.527	3.962.348	1.027.888	1.643.348	27.352.927
Aumento por Reorganização Societária			23.796	6.548	20.227	50.571	
Adições	767.329	398.100		3.957	3.853	4.331	1.177.570
Baixas	(12.030)	(645)	(62.020)	(37.274)	(1.966)	(3.778)	(117.713)
Transferências	(855.755)	43.754	632.097	115.953	5.091	58.860	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				(9.133)	(91.210)		(100.343)
Saldo em 2012	627.434	5.167.035	15.835.704	4.059.647	950.204	1.722.988	28.363.012
Adições	914.575	279	224.735	29.019	770	250.733	1.420.111
Baixas	(14.135)	(1.732)	(47.908)	(38.126)		(3.906)	(105.807)
Transferências	(693.770)	29.654	480.043	122.972	8.355	52.746	
Saldo em 2013	834.104	5.195.236	16.492.574	4.173.512	959.329	2.022.561	29.677.316
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2012							
Aumento por Reorganização Societária				(17.714)	(5.988)	(19.618)	(43.320)
Despesas de depreciação	(25.067)	(421.581)	(94.058)	(12.273)	(33.625)	(586.604)	
Baixas	351	44.233	30.824	2.239	3.127	80.774	
Transferências		39	(66)	10		17	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				6.000	53.310		59.310
Saldo em 2012	(4.991.657)	(13.252.659)	(3.242.342)	(613.452)	(1.539.339)	(23.639.449)	
Despesas de depreciação	(28.227)	(433.145)	(197.585)	(21.183)	(32.207)	(712.347)	
Baixas	1.684	34.166	36.615	740	73.205		
Transferências		(513)	463	(31)	81		
Saldo em 2013	(5.018.200)	(13.652.151)	(3.402.849)	(634.666)	(1.570.725)	(24.278.591)	
Imobilizado líquido							
Saldo em 2012	627.434	175.378	2.583.405	817.305	336.752	183.649	4.723.563
Saldo em 2013	834.104	177.036	2.840.423	770.663	324.663	451.836	5.398.725
Taxa anual de depreciação (média)		8%	10%	8%	7%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	Consolidado						
	Equipamentos de transmissão		Equipamentos e outros (1)		Outros ativos		Total
	Obras em andamento	automática	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total	
Saldo em 01/01/2012	1.004.602	5.508.571	16.908.013	4.348.329	1.078.964	2.069.631	30.918.110
Aumento por Reorganização Societária (2)	2.474.477	11.978.833	18.877.058	20.737.147	2.515.293	2.653.038	59.235.846
Adições (2)	2.720.784	263.806	1.518.738	415.410	165.585	124.799	5.209.122
Baixas (2)	(65.977)	(664)	(78.024)	(320.951)	(23.365)	(143.511)	(652.132)
Transferências	(1.986.763)	176.583	1.136.366	516.468	32.397	124.949	
Transferências para ativos mantidos para venda				(30.407)	(320.735)		(351.142)
Saldo em 2012	4.127.123	17.927.129	38.362.151	25.665.996	3.448.139	4.829.266	94.359.804
Adições	2.962.149	250.669	1.748.747	624.339	44.182	172.192	5.802.278
Baixas	(395.610)	(1.834)	(483.638)	(268.723)	(12.504)	(65.411)	(1.227.720)
Transferências	(2.123.980)	257.082	1.159.470	665.141	(129.241)	171.528	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda			(125.920)	(448.815)			(574.735)
Saldo em 2013	4.569.682	18.433.046	40.786.730	26.560.833	2.901.761	5.107.575	98.359.627
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2012							
Aumento por Reorganização Societária (2)	(10.435.194)	(13.378.258)	(16.798.382)	(1.740.488)	(1.879.141)	(44.231.463)	
Despesas de depreciação (2)	(258.577)	(1.417.832)	(555.160)	(64.206)	(199.857)	(2.495.632)	
Baixas (2)	370	57.306	181.674	14.708	105.581	359.639	
Transferências	1.306	2.591	(4.096)	115	84		
Transferências para ativos mantidos para venda			20.507	214.642		235.149	
Saldo em 2012	(15.867.104)	(28.888.749)	(20.526.497)	(2.258.125)	(3.716.231)	(71.256.706)	
Despesas de depreciação	(340.215)	(1.782.551)	(776.526)	(78.654)	(213.307)	(3.191.253)	
Baixas	1.684	289.858	157.705	6.840	25.182	481.069	
Transferências	(2)	(570)	(529)	1.542	(441)		
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda			39.090	354.459		393.549	
Saldo em 2013	(16.205.637)	(30.382.012)	(21.106.757)	(1.974.138)	(3.904.797)	(73.573.341)	
Imobilizado líquido							
Saldo em 2012	4.127.123	2.060.025	9.473.402	5.139.499	1.190.014	1.113.035	23.103.098
Saldo em 2013	4.569.682	2.227.409	10.404.718	5.454.076	927.623	1.202.778	24.786.286
Taxa anual de depreciação (média)		11%	11%	8%	7%	11%	



Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$ 43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto a "Nordic Investment Bank" em julho de 2008.

Em 2012, a TMAR desembolsou US\$ 394,8 milhões (R\$ 784,1 milhões) de contratos de financiamento junto a essas agências. Esse montante é compreendido pelo desembolso de US\$ 291,9 milhões junto a "Finnish Export Credit", em contratos celebrados em 2009 e 2011; US\$ 14,1 milhões junto a SEK - "Swedish Export Corporation", em um contrato celebrado em 2011; e US\$ 88,8 milhões junto a ONDD - "Office National Du Ducreiro", em um contrato celebrado em 2010.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK - "Swedish Export Corporation"; CDB - "China Development Bank"; ONDD - "Office National Du Ducreiro"; e FEC - "Finnish Export Credit".

Debêntures públicas e privadas

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2013	2012	2013	2012
Oi	10 ^a (i)	R\$ 1.500 milhões	2019	1.604.207		1.604.207	
Oi	9 ^a	R\$ 2.000 milhões	2020	2.262.961	2.158.069	2.262.961	2.158.069
Oi	8 ^a	R\$ 2.350 milhões	2018	2.350.976	2.351.458	2.350.976	2.351.458
Oi	7 ^a	R\$ 1.000 milhões	2017	1.039.569	1.031.926	1.039.569	1.031.926
Oi	5 ^a (1 ^a série)	R\$ 1.754 milhões	2014	1.792.259	1.783.127	1.792.259	1.783.127
Oi	5 ^a (2 ^a série)	R\$ 246 milhões	2020	320.088	302.288	320.088	302.288
Oi	1 ^a (2 ^a série) (ii)	R\$ 540 milhões	2013		552.921		552.921
TMAR	2 ^a	R\$ 31 milhões	2021			44.180	41.517
	Debêntures públicas			9.370.060	8.179.789	9.414.240	8.221.306
Oi	3 ^a (iii)	R\$ 3.500 milhões	2013		1.708.224		
Oi	8 ^a (iii)	R\$ 2.500 milhões	2016	189.966	2.880.010		
Oi	6 ^a	R\$ 999 milhões	2022	872.698	879.633		
	Debêntures privadas			1.062.664	5.467.867		

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

(i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2013, foi aprovada a 10^a emissão, sendo a 8^a pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, no mercado local, para distribuição (conforme termos da instrução CVM nº 476/2009), no valor de até R\$ 1.500 milhões. Em 27 de março de 2013 a CVM (Cetip) concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em série única. A subscrição e a integralização ocorreram em 28 de março de 2013. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 6 milhões, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

(ii) Em março de 2013, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 559 milhões da 1^a emissão (2^a série) da debênture pública.

(iii) Em 31 de janeiro de 2013, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 1.723 milhões da debênture privada da 3^a emissão e R\$ 2.495 milhões da debênture privada da 8^a emissão, em função da Reorganização Societária descrita na Nota 1.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 5.056 milhões.

"Covenants"

A Companhia e suas controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em março de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto a ONDD ("Office National Du Ducreiro/Nationale Delcrederiedinst") no valor de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em dezembro de 2012 a Companhia, contratou uma linha de crédito rotativo ("Revolver Credit Facility"), no valor de R\$ 1.500 milhões para um prazo de três anos, junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	1.073.000	451.371	1.631.015	702.986
Contratos de "swap" - taxa de juros	6.080	99.023	118.264	208.477
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	276.991	77.636	323.900	77.636
Total	1.356.071	628.030	2.073.179	989.099
Circulante	283.071	381.866	452.234	604.229
Não circulante	1.073.000	246.164	1.620.945	348.870
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	217.601	29.605	355.456	181.392
Contratos de "swap" - taxa de juros	171.890	109.453	197.187	145.132
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	13.565	180.668	14.008	187.773
Total	403.056	319.726	566.651	514.297
Circulante	309.532	194.405	409.851	309.555
Não circulante	93.524	125.321	156.800	204.742

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
SMP			2.020.929	
Concessões do STFC		49.426		137.068
Total		49.426	1.484.407	2.157.997
Circulante		49.426	457.173	1.058.881
Não circulante			1.027.234	1.099.116

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licenças.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2013	2012
2014		457.173
2015		511.169
2016		511.169
2017		2.331
2018 a 2019		2.565
Total		1.484.407

21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	565.565	538.322	1.108.435	1.072.947
REFIS II - PAES	4.336	4.336	11.869	12.152
Total	569.901	542.658	1.120.304	1.085.099
Circulante	52.838	49.828	100.302	99.732
Não circulante	517.063	492.830	1.020.002	985.367

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros - incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião da reabertura do prazo para adesão levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013 -, são compostos como segue:

	Consolidado				
	2013				
	Principal	Multas	Juros	Total	2012
COFINS	272.935	35.199	302.179	610.313	615.841
Imposto de renda	87.518	7.629	91.735	186.882	164.437
PIS	43.286	2.692	34.597	80.575	72.088
INSS - SAT	4.742	3.649	34.813	43.204	46.276
Contribuição social	26.604	2.576	21.499	50.679	41.794
CPMF	17.222	1.711	16.538	35.471	33.225
Outros	48.137	6.460	58.583	113.180	111.438
Total	500.444	59.916	559.944	1.120.304	1.085.099

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014		52.838		100.302
2015		52.606		103.419
2016		52.606		103.419
2017		52.606		103.419
2018		52.606		103.419
2019 a 2021		157.819		310.257
2022 a 2025		148.820		296.069
Total		569.901		1.120.304

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e inclusão de dívidas levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos tributários federais disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Recentemente, com a reabertura do prazo para a inclusão de débitos no aludido programa de parcelamento federal levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013, a Companhia e algumas de suas controladas optaram por indicar, para parcelamento, outros débitos vencidos até 30 de novembro de 2008 que, até então, encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

22. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista				
(i) Horas extras	246.841	342.764	474.910	635.002
(ii) Indenizações	73.511	114.937	150.612	214.671
(iii) Adicionais diversos	57.145	95.150	128.765	172.869
(iv) Estabilidade / Reintegração	74.632	105.253	120.863	180.705
(v) Complemento de aposentadoria	43.363	49.129	75.048	98.131
(vi) Diferenças salariais	33.668	47.136	56.997	83.478
(vii) Honorários advocatícios/periciais	20.439	29.702	30.969	42.084
(viii) Verbas rescisórias	8.428	12.768	24.945	39.605
(ix) FGTS	6.345	18.509	10.723	18.420
(x) Multas trabalhistas	4.201	6.678	16.758	22.499
(xi) Vínculo empregatício	380	711	5.467	5.161
(xii) Subsidiariedade	1.262	2.630	2.292	4.352
(xiii) Demais ações	26.233	41.634	43.925	62.161
Total	596.448	867.001	1.142.274	1.579.138
Tributária				
(i) ICMS	124.594	209.679	361.540	448.120
(ii) FUST / FUNTEL			147.350	142.632
(iii) ISS	1.629	4.046	67.350	65.711
(iv) ILL			19.998	19.478
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	3.024	2.566	12.462	11.726
(vi) Demais ações	1.584	45.270	31.672	77.227
Total	130.831	261.561	640.372	765.291
Cível				
(i) Societário	2.062.709	2.333.980	2.062.709	2.333.980
(ii) Estimativas ANATEL	210.118	197.507	557.960	551.143
(iii) Multas ANATEL	96.572	89.008	487.548	436.195
(iv) Juizado Especial	48.720	48.376	137.859	108.479
(v) Demais ações	286.354	264.640	587.595	645.408
Total	2.704.473	2.933.511	3.833.671	4.075.205
Total das provisões	3.431.752	4.062.073	5.616.317	6.419.637
Circulante	770.294	1.080.455	1.223.526	1.569.356
Não circulante	2.661.458	2.981.618	4.392.791	4.850.281

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista	467.388	659.260	877.287	1.051.868
Tributária	5.097.600	4.605.569	17.995.906	17.260.147
Cível	343.943	347.718	17.903.903	991.269
Total	5.908.931	5.612.547	19.191.096	19.303.284

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	Controladora			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2012	1.013.799	253.619	3.026.621	4.294.039
Aumento por Reorganização Societária	944	428	37	1.409
Atualização monetária	40.288	17.571	34.326	92.185
Adições / (Reversões)	(22.845)	2.111	252.226	231.492
Baixas por pagamentos / encerramentos	(165.185)	(12.168)	(379.699)	(557.052)
Saldo em 2012	867.001	261.561	2.933.511	4.062.073
Atualização monetária	10.799	(16.138)	73.944	68.605
Adições / (Reversões)	(114.977)	(53.792)	272.100	103.331
Baixas por pagamentos / encerramentos	(166.375)	(60.800)	(575.082)	(802.257)
Saldo em 2013	596.448	130.831	2.704.473	3.431.752



(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:
Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para aborção de prejuízos.
Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia realizada em 21 de março de 2013, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012 no montante de R\$ 837.440 acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 416.686 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 420.858.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data da AGO, foi aprovada a bonificação de ações preferenciais resgatáveis classes B e C de emissão da Companhia e o imediato resgate das mesmas, totalizando o montante de R\$ 162.456. A bonificação estava inserida no contexto da Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia então vigente para o período de 2012 a 2015, conforme anunciada por meio do Fato Relevante de 17 de abril de 2012, a qual previa o pagamento de R\$ 1 bilhão por ocasião da realização da AGO que deliberasse sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012. Referida Política de Remuneração aos Acionistas foi modificada, conforme Fato Relevante de 13 de agosto de 2013.

Após uma consulta formulada pela Companhia à Comissão de Valores Mobiliários a respeito do tratamento contábil da mais valia decorrente da aquisição da Companhia pela TMAR em virtude da Reorganização Societária ocorrida no exercício de 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações Financeiras de tal exercício foram reapresentadas em 30 de abril de 2013, após apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, refletindo a apuração de um lucro no exercício no montante de R\$ 1.784.890. Em decorrência dos lançamentos contábeis realizados em função do estorno da mais valia, o saldo do lucro do exercício, acrescido dos lucros acumulados no montante de R\$ 104, foi destinado da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 446.222; (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 391.322; e (iii) constituição da reserva de investimentos no montante de R\$ 947.450.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 1.493.015 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício será destinado à constituição de reserva de investimentos.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	1.493.015	1.784.890
% de dividendos obrigatórios	x 25%	x 25%
Dividendos mínimos obrigatórios	373.254	446.222
Dividendos adicionais propostos		391.322
Complemento relativo à distribuição de dividendos intermediários	126.746	
Total da remuneração dos acionistas	500.000	837.544

A Companhia não constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício de 2013 dado que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital excedeu 30% do capital social.

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2013 foram calculados como segue:

	2013
--	------

I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social

Capital social subscrito	7.471.209
Total de ações em circulação (*)	1.640.028
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270
Base de cálculo	5.126.210
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%
Dividendo mínimo estatutário	307.573

II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação

Patrimônio líquido	11.524.138
Total de ações em circulação (*)	1.640.028
Total de ações preferenciais em circulação (*)	1.125.270
Base de cálculo	7.907.040
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Dividendo mínimo estatutário	237.211

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2013:

	2013		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos			
Dividendos intermediários (em 18 de setembro de 2013) (*)	156.936	343.064	500.000
Total	156.936	343.064	500.000

(*) Imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013, à conta de reserva de lucro.

	2013		
	Valor por ação/Em Reais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Dividendos			
Dividendos intermediários (em 18 de setembro de 2013)	0,304873	0,304873	
Total	0,304873	0,304873	

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012.

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou perdas de R\$ 139.334 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de "hedge" (Nota 3), líquidos de imposto de renda, sendo R\$ 20.105 referente a perda de contabilidade de "hedge" registrada na Companhia de forma reflexa de sua controlada TMAR.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" e "Outros resultados abrangentes" - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica "Custo de emissão de ações" e "Variação de percentagem de participação") e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica "Outros resultados abrangentes" (não apresentando a rubrica "Custo de emissão de ações", tampouco a rubrica "Variação de percentagem de participação"). Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de percentagem de participação	Total
Saldos em 01/01/2012	(38.984)			(38.984)
Custo de emissão de ações		(56.609)		(56.609)
Aumento por Reorganização Societária (*)	87.550			87.550
Ganhos (Perdas) atuariais	(168.989)			(168.989)
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa	696			696
Ganho de contabilidade de "hedge"	35.842			35.842
Ganho de contabilidade de "hedge" reflexa	16.792			16.792
Variação de percentagem de participação			3.916	3.916
Saldos em 2012	(67.093)	(56.609)	3.916	(119.786)
Custo de emissão de ações		62		62
Ganhos (Perdas) atuariais	113.972			113.972
Ganhos (Perdas) atuariais reflexa	924			924
Perda de contabilidade de "hedge"	(119.229)			(119.229)
Perda de contabilidade de "hedge" reflexa	(20.105)			(20.105)
Saldos em 2013	(91.531)	(56.547)	3.916	(144.162)

(*) Refere-se ao saldo de contabilidade de "hedge" transferido para a Companhia através da incorporação da Coari, em 27 de fevereiro de 2012 data da aprovação da Reorganização Societária.

(h) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	1.493.015	1.784.890
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	468.615	560.225
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	1.024.400	1.224.665
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	514.758	514.758
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1.125.270	1.125.273
Lucro por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,91	1,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,91	1,09

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2013.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, Bt Multimídia, IG e BtTI	FATL
BTPREV	Oi, Oi Móvel, Bt Multimídia, IG e BtTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TMAR	Sistel
CELPREV	TMAR, TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social
 FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".
 Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltd. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Planos BTPREV	639.646	864.940	640.145	865.910
Plano PAMEC	3.417	4.877	3.417	4.877
Total	643.063	869.817	643.562	870.787
Circulante	184.075	103.666	184.295	103.666
Não circulante	458.988	766.151	459.267	767.121

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.
 O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Plano TCSPREV	67.086	80.291	69.793	83.019
Total	67.086	80.291	69.793	83.019
Circulante	8.757	8.653	9.596	9.311
Não circulante	58.329	71.638	60.197	73.708

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior aquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBt. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.
 O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Parcela - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.
 O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.
 A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esporádicas do Participante.
 O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 5,39% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 6,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controladora. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administr



	Consolidado			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	2.422	1.751	182	11.060
Juros sobre obrigações atuariais	189.272	47.390	22.951	262.941
Rendimento dos ativos do plano	(120.128)	(140.828)	(29.782)	(323.401)
Juros sobre o passivo oneroso		80.962	6.820	60.460
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(171)	(11.060)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	71.566	(10.725)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	198.072	13.056		
Total da despesa (receita) reconhecida	269.638	2.331		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2014, são no montante de R\$ 122.534.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	a 11,69%

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	a 11,69%

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	a 11,69%

	2012			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,68%	8,68%	8,68%	14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,52%	9,52%	9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	a 11,69%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2013
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL são de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	Controladora			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.727.809	3.417	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			1.968	117
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.727.809	3.417	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano	(6.968.153)	(45.312)	(1.668)	(1.668)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(3.240.344)	3.417	(21.115)	(1.551)

	Consolidado			
	2013	2012	2013	2012
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	789.342	906.853	3.417	4.877
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	789.342	906.853	3.417	4.877
Valor justo dos ativos do plano	(1.481.593)	(1.428.362)		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(692.251)	(521.509)	3.417	4.877
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	613.696	440.818		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(78.555)	(80.691)	3.417	4.877
Provisão para ativo de realização duvidosa	78.555	80.691		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			3.417	4.877

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.727.809	3.417	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			1.968	117
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.727.809	3.417	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano	(6.968.153)	(45.312)	(1.668)	(1.668)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(3.240.344)	3.417	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.868.573	440.818	21.115	1.551
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(371.771)	3.417		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		3.417		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(6.717.801)	(53.299)	(1.933)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(6.717.801)	(53.299)	(1.933)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(6.717.801)	(53.299)	(1.933)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(6.717.801)	(53.299)	(1.933)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	4.269.767	4.877	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(6.717.801)	(53.299)	(1.933)	(1.933)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.448.034)	4.877	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.650.439	3.720	23.020	157
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.301	16
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.650.439	3.720	25.321	173
Valor justo dos ativos do plano	(5.994.180)	(40.069)	(1.657)	(1.657)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.343.741)	3.351	(1.286)	(1.484)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(381.881)	4.877		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		4.877		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.650.439	3.720	23.020	157
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.301	16
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.650.439	3.720	25.321	173
Valor justo dos ativos do plano	(5.994.180)	(40.069)	(1.657)	(1.657)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(2.343.741)	3.351	(1.286)	(1.484)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.066.153	440.818	24.729	1.805
(



	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recargas				
Receita dos serviços prestados	497.983	467.775		52.671
BrTI	2.937	2.738		
BrT CS	71	144		
iG Brasil	5.959	7.159		
BrT Multimídia	11.552	3.049		
Oi Móvel	323.497	324.174		
VANT		300		
TMAR	111.530	106.794		47.333
Oi Internet	1.687	2.357		1.620
TNL PCS	40.750	21.060		3.718
Outras receitas operacionais	48.198	50.337		
BrT Call Center	8.637	7.296		
iG Brasil	1	1.703		
BrT Multimídia	2.310	2.552		
Oi Móvel	37.250	38.786		
Receitas financeiras	83.559	45.298		48.233
BrT Call Center		739		
Oi Móvel	9.729	9.919		
VANT		576		
BrTI	138	89		
BrT Multimídia	4			
TNL PCS	22.052	4.967		
TMAR	50.897	29.746		48.233

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos e despesas operacionais	(1.528.527)	(1.399.335)		(58.163)
BrT CS	(81.098)	(91.552)		
BrT Multimídia	(38.673)	(38.270)		
Oi Móvel	(715.768)	(682.595)		
TMAR	(78.677)	(76.673)		(15.018)
TNL PCS	(110.816)	(102.807)		(37.090)
Pointer	(2.905)	(3.897)		(808)
Paggo Administradora	(1.662)	(926)		(623)
Oi Internet	(8.618)	(40.208)		(4.624)
BrT Call Center	(488.993)	(358.710)		
iG Brasil	(1.317)	(3.697)		
Despesas financeiras	(271.264)	(663.989)		
Oi Móvel	(29.713)	(149.738)		
TNL		(6.770)		
TMAR	(89.400)	(89.515)		
Oi Holanda	(118.349)	(38.941)		
TNL PCS	(33.802)	(379.025)		

Linhas de créditos
As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2012 – 115% do CDI).

Debêntures privadas a pagar
Em função da Reorganização Societária, aprovada em AGE no dia 27 de fevereiro de 2012, as debêntures emitidas pela TMAR em 9 de dezembro de 2008 e 15 de março de 2011, nos valores de R\$ 1.500.000 e R\$ 2.500.000, respectivamente, inscritas pela TNL PCS, foram incorporadas pela Companhia. Os prazos finais de vencimento das debêntures eram 11 de dezembro de 2013 e 15 de março de 2016, sem amortizações intermediárias e remuneração de CDI + 4,0% a.a. e 115% do CDI, respectivamente.

A Companhia incorporou também debênture emitida pela TMAR, em 10 de novembro de 2010, e inscrita pela Copart 4, no valor de R\$ 999.295, com prazo final de vencimento em 10 de junho de 2022. Os juros serão pagos mensalmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022. Em junho de 2012 a Companhia amortizou antecipadamente o montante de R\$ 128.386.

Aluguel de infraestrutura de transmissão
As transações realizadas com a TMAR, TNL PCS e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.
As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias
A Companhia é avaliada das controladas TMAR, TNL PCS e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. Em função da Reorganização Societária, os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos passaram a ter garantias e aval da Oi. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 74.079 (2012 - R\$ 43.172). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia no custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 425 (2012 – R\$ 492).

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Contas a receber	1.179	984	19.237	11.526
Portugal Telecom	917	941	10.272	4.248
Unitel			1.855	2.278
Contax	262	43	6.540	4.930
TODO			570	
PT Inovação				70

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Fornecedores	7.195	8.461	57.626	48.214
Portugal Telecom	130	203	2.006	1.084
Contax	2	2.361	27.625	25.179
TODO	5.053	5.897	19.692	16.957
Ability				400
PT Inovação	1.697		7.384	4.523
Veotex	313		919	71
Dividendos a pagar		203.298		203.298
Telemar Participações S.A.		67.948		67.948
Bratel Brasil S.A.		69.391		69.391
AG Telecom Participações S.A.		20.274		20.274
LF Tel. S.A.		20.276		20.276
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		16.038		16.038
BNDES Participações S.A. BNDESPAR		7.120		7.120
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF		1.870		1.870
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS		381		381

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.419	2.793	42.727	48.475
Portugal Telecom	1.615	2.059	11.348	9.705
Unitel			1.116	1.085
Contax	789	686	27.383	34.296
TODO	15	48	2.169	1.319
Ability			711	2.070
Custos e despesas operacionais	(18.493)	(25.821)	(77.652)	(119.960)
Portugal Telecom	(223)	(426)	(2.268)	(2.949)
PT Inovação			(8.559)	(4.758)
PT Sistemas de Informação			(375)	(513)
PT Comunicações			(892)	
Veotex	(1.933)		(9.642)	(7.110)
TODO	(16.337)	(25.395)	(31.742)	(59.140)
Ability			(24.174)	(45.490)

Serviços prestados pela Contax
A Companhia e as controladas TMAR, Oi Móvel e TNL PCS contratam serviços de "call center" e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 70.086 (2012 – R\$ 49.997) na controladora e de R\$ 1.602.170 (2012 – R\$ 1.279.551) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES
Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (2012 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa "holding" do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.
O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 860 milhões (2012 – R\$ 2.202 milhões), na controladora e R\$ 5.916 milhões (2012 – R\$ 6.367 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 125 milhões (2012 – R\$ 186 milhões) na controladora e R\$ 464 milhões (2012 – R\$ 451 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 14.991 na controladora e R\$ 15.147 no consolidado (2012 – R\$ 14.489 na controladora e R\$ 17.205 no consolidado).

28. SEGUROS
Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	Consolidado	
	2013	2012
Riscos operacionais e lucros cessantes	600.000	500.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	187.408	163.480
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Garantia de concessão - TMAR	49.551	75.227
Garantia de concessão - Oi	16.694	28.616
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2013 (ptax): R\$ 2,3426 x US\$ 1,00

29. OUTRAS INFORMAÇÕES
Alteração do Diretor Presidente
Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Companhia, atendendo indicação da Telemar Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Companhia, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.
O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa "holding" do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos "workstreams" conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado
A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

Cessão do direito de exploração comercial de torres
Em 11 e 19 de abril de 2013 e 12 de julho de 2013, a Companhia e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,78 bilhões. Os valores recebidos antecipadamente em conexão com a transação de cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas foram registrados como Receitas a apropriar e são reconhecidos ao resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

Desapropriação de imóvel
Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Companhia.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$ 210.000 a título de indenização, apresentado na rubrica de Demais ativos. A Companhia registrou um ganho de R\$ 173.459, registrado em outras receitas operacionais.

Alteração na Política de Remuneração ao Acionista para os exercícios sociais de 2013-2016

Em 13 de agosto de 2013, a Companhia, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 358/2002, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a flexibilidade financeira da Companhia e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas ("Política de Remuneração") divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos: (i) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;

(ii) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.
Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Companhia então prevalectentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

Em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

O pagamento ocorreu em 11 de outubro de 2013, tendo como base a posição acionária de 27 de setembro de 2013.

Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom
No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. ("Portugal Telecom"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel. S.A. ("LF"), a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSPT75 Participações S.A. ("EDSP75"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo"), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que poderá ser a Telemar Participações S.A. ("TelPart") ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da TelPart, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

- Aumento de capital da Oi no valor mínimo de R\$ 13,1 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 14,1 bilhões, a ser realizado mediante a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais da Oi, do qual o montante mínimo de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 8,0 bilhões, será integralizado em dinheiro e aproximadamente R\$ 6,1 bilhões serão integralizados pela Portugal Telecom, ao mesmo preço por ação, através da contribuição de ativos da Portugal Telecom;
- Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento;
- Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;
- Listagem das ações da CorpCo no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;
- Incorporação das ações da Oi na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;
- Incorporação da Portugal Telecom pela CorpCo. No momento da sua incorporação na CorpCo, além das ações da CorpCo de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;
- Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da CorpCo equivalente ao número de ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior.

Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.
A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.
Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avoação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Transferência de torres móveis
Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A conclusão desta transação está prevista para ocorrer em 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTEs	EFETIVOS	SUPLENTEs	EFETIVOS	SUPLENTEs
Zeinal Mauro Mettrau Carneiro da Cunha (Presidente)	José Augusto da Gama Figueira (vago)	Zeinal Abedin Mahomed Bava (Presidente)	Euclides de Jesus Teles Neto (Diretor)	Allan Kardec de Melo Ferreira (Presidente)	Newton Brandão Ferraz Ramos
Antonio Cardoso dos Santos	(vago)	Bayard De Paoli Gontijo (Diretor de Finanças e Relações com Investidores)		Sidnei Nunes	Aparecido Carlos Correia Galdino
Luis Miguel da Fonseca Pacheco de Melo	Abílio Cesário Lopes Martins			Manuel Jeremias Leite Caldas	Carmela Carloni Gaspar
Shakha Wine	Paulo Marcio de Oliveira Monteiro				Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior	Bruno Gonçalves Siqueira				Vanessa Montes de Moraes
Sergio Franklin Quintella	Carlos Fernando Horta Bretas				
Renato Torres de Faria	André Sant'Anna Valladares de Andrade				
Rafael Cardoso Cordeiro	Carlos Jereissati				
Fernando Magalhães Portella	Carlos Francisco Ribeiro Jereissati				
Alexandre Jereissati Legey	Cristina Anne Betts				
Pedro Jereissati	Erika Jereissati Zullo				
Cristiano Yazbek Pereira	Laura Bedeschi Rego de Mattos				
Fernando Marques dos Santos	Luciana Freitas Rodrigues				
José Valdir Ribeiro dos Reis	Marcelo Almeida de Souza				
Carlos Fernando Costa	Emerson Tetsuo Miyazaki				
Carlos Augusto Borges					

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA ESTATUTÁRIA		CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTEs	EFETIVOS	SUPLENTEs	EFETIVOS	SUPLENTEs
Zeinal Mauro Mettrau Carneiro da Cunha (Presidente)	José Augusto da Gama Figueira (vago)	Zeinal Abedin Mahomed Bava (Presidente)	Euclides de Jesus Teles Neto (Diretor)	Allan Kardec de Melo Ferreira (Presidente)	Newton Brandão Ferraz Ramos
Antonio Cardoso dos Santos	(vago)	Bayard De Paoli Gontijo (Diretor de Finanças e Relações com Investidores)		Sidnei Nunes	Aparecido Carlos Correia Galdino
Luis Miguel da Fonseca Pacheco de Melo	Abílio Cesário Lopes Martins				